

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA- UFSC
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

SIZABELLE COCCO ALVES VON KNOBLAUCH

UM ESTUDO ACERCA DA EVIDENCIAÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS
NAS MAIORES EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO DO BRASIL

FLORIANÓPOLIS – SC

2010

SIZABELLE COCCO ALVES VON KNOBLAUCH

**UM ESTUDO ACERCA DA EVIDENCIAÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS
NAS MAIORES EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO DO BRASIL**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. José Alonso Borba

FLORIANÓPOLIS – SC

2010

SIZABELLE COCCO ALVES VON KNOBLAUCH

**UM ESTUDO ACERCA DA EVIDENCIAÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS NAS
MAIORES EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO DO BRASIL.**

Esta monografia foi apresentada no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota final _____ atribuída pela banca examinadora constituída pelo professor orientador e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, 13 de maio de 2010.

Professora Valdirene Gasparetto, Dra.
Coordenadora de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

Prof. Dr. José Alonso Borba (Orientador)
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Profª. Dra. Sandra Rolim Ensslin
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Fabiana Zandonai
Mestranda do Curso de Ciências Contábeis, UFSC

Dedico este trabalho aos dois amores da minha vida por todo carinho e felicidade que me proporcionam: meu esposo Carlsbad e minha filha Yasmin

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter iluminado meu caminho, ajudado a acreditar na minha capacidade e a perceber que meu destino depende das minhas escolhas.

Agradeço ao meu esposo Carlsbad, por sempre estar ao meu lado com muito amor e companheirismo, pela compreensão nos momentos de ausência e pelo apoio dado para a concretização deste objetivo.

Agradeço aos meus pais, Edson e Vicentina pela educação e pelos valores ensinados que formaram o meu caráter. Ao meu irmão Giovanni pelo companheirismo e admiração.

Aos meus amigos e companheiros de faculdade, Anderson, Mariana, Nicolle e Raquel, que desde o início do curso estiveram comigo, auxiliando no meu aprendizado e facilitando a vida acadêmica.

Ao meu orientador, professor Alonso pela paciência e dedicação, tornando possível a realização deste trabalho.

E, por fim, agradeço a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para que eu pudesse chegar aqui e que fizeram parte desta conquista. Muito Obrigada!

RESUMO

VON KNOBLAUCH, Sizabelle Cocco Alves. **Um estudo acerca da evidenciação das contingências nas maiores empresas de capital aberto do Brasil.** Monografia. Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina. p.83, 2010.

Este trabalho visou esclarecer ao leitor o tema contingências passivas e ativas, tendo como delimitação e núcleo da pesquisa a forma com que são evidenciadas as contingências nas cem maiores empresas brasileiras que publicam suas demonstrações financeiras observando o CPC 25 para tal. Uma contingência caracteriza-se por possuir caráter impreciso uma vez que está sujeita a efetivação de um evento futuro que pode ou não ocorrer gerando um ganho ou uma perda. Uma vez identificada a dificuldade da constituição e evidenciação dos passivos e ativos contingentes, este estudo, utilizando procedimento de levantamento, características qualitativas e quantitativas quanto a abordagem do problema e descrição de como se desenvolveu a análise dos dados, caracterizou-se por divulgar os conceitos e análises feitos por diversos autores, bem como evidenciou as normas da contabilidade brasileiras e internacionais no tocante às contingências passivas e ativas com o intuito de identificar as principais recomendações feitas com relação ao conteúdo a ser divulgado pelas empresas. Este trabalho preocupou-se ainda em apontar quais foram os principais tipos de contingências encontradas nas empresas analisadas e avaliou como estas comprometeriam o Patrimônio Líquido no futuro, caso venham a se concretizar, em cada uma das cem empresas em destaque. Quanto aos resultados obtidos, verificou que das empresas analisadas, apenas duas empresas não possuíam provisões para contingências, dezesseis não evidenciaram passivos contingentes e cinquenta e sete não divulgaram ativos contingentes. Dentre os destaques da pesquisa, observou-se que a Petrobrás destacou-se por possuir maior valor de ativo e de passivo contingente, enquanto a Siderurgia Nacional reconheceu maior valor de provisão para contingências. Verificou-se ainda que cinco empresas destacaram-se por possuir montantes de passivo contingente maior que seus próprios patrimônios líquidos, o que caracteriza uma informação bastante importante para a administração destas entidades, uma vez que as contingências podem acarretar em última instância a uma possível falência da empresa. Finalmente observou-se que dos tipos de ativos e passivos contingentes evidenciados, o fiscal foi o mais verificado em ambos os casos; as ações cíveis também foram divulgadas em menor proporção, e os processos trabalhistas e ambientais foram encontrados apenas nas contingências passivas.

Palavras-chave: contingências passivas, contingências ativas, provisões, ativo e passivo.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Conceitos de Contingências	21
Quadro 2: Resumo do tratamento contábil dos passivos contingenciais.....	32
Quadro 3: Resumo do tratamento contábil dos ativos contingenciais	34
Quadro 4: Tratamento contábil das contingências	34
Quadro 5: Fluxograma das contingências ativas.....	35
Quadro 6: Fluxograma dos passivos contingentes.....	36
Quadro 7: Dados gerais sobre as empresas pesquisadas	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação das exigências feitas pelo CPC 25 para divulgação das contingências.....	41
Tabela 2: Síntese das análises acerca das provisões contingenciais.	46
Tabela 3: Síntese das análises acerca das contingencias passivas.	49
Tabela 4: Síntese das análises acerca das contingencias ativas.	51
Tabela 5: Síntese das análises acerca dos valores das contingências (reais).	53
Tabela 6: Síntese das análises acerca dos valores dos passivos contingentes em relação ao Patrimônio Líquido.	55
Tabela 7: Síntese das análises acerca dos valores dos ativos contingentes em relação ao Patrimônio Líquido.	56
Tabela 8: Síntese das análises acerca dos tipos de passivos contingentes.....	57
Tabela 9: Síntese das análises acerca dos tipos de ativos contingentes.	58
Tabela 10: Relação das informações divulgadas pelas empresas com base no CPC 25	68
Tabela 11: Relação dos valores contingenciais provisionados e não provisionados.	70
Tabela 12: Relação das Contingências pelo Patrimônio Líquido.....	72
Tabela 13: Relação dos tipos e valores dos passivos contingentes.....	74
Tabela 14: Relação dos tipos e valores dos ativos contingentes	77

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BP: Balanço Patrimonial;

BOVESPA: Bolsa de Valores de São Paulo;

CFC: Conselho Federal de Contabilidade;

CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis;

CVM: Comissão de Valores Mobiliários;

DC: Demonstrações Contábeis;

FASB: *Financial Accounting Standards Board* (Órgão Regulador das Normas da Contabilidade Norte-Americana);

FIPECAFI: Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras;

SFAS: *Statements Financial Accounting Standards* (Normas da Contabilidade Norte-Americana);

IBRACON: Instituto dos Auditores Independentes do Brasil;

IAS: *Internacional Accounting Standard* (Norma Internacional de Contabilidade);

IASB: *Internacional Accounting Standards Board* (Órgão Regulador das Normas Internacionais de Contabilidade);

IOB: Informações Objetivas;

NBC-T: Normas Brasileiras de Contabilidade- Técnicas;

NE: Notas Explicativas;

NPC: Norma e Procedimento Contábil;

PL: Patrimônio Líquido;

SA: Sociedades Anônimas;

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 TEMA E PROBLEMA	12
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	14
1.2.1 Objetivo Geral.....	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 JUSTIFICATIVA	14
1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	15
1.5 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1 ATIVOS E PASSIVOS	17
2.2 CONTINGÊNCIAS	20
2.2.1 Contingências Passivas.....	22
2.2.2 Contingências Ativas	23
2.2.3 Tipos de Contingências	24
2.3 PROVISÃO VERSUS RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS	25
2.4 AS CONTINGÊNCIAS CONFORME O CPC 25.....	29
3 METODOLOGIA.....	39
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	39
3.2 AMOSTRA	40
3.3 PROCEDIMENTO PARA COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS	40
4 ANÁLISES DOS RESULTADOS.....	43
4.1 ANÁLISES DAS DIVULGAÇÕES REALIZADAS	43
4.1.1 Análises Das Divulgações Sobre As Provisões Para Contingências.....	44
4.1.2 Análises Das Divulgações Sobre os Passivos Contingentes.....	47
4.1.3 Análises Das Divulgações Sobre os Ativos Contingentes	50
4.2 ANÁLISES DOS VALORES PROVISIONADOS E NÃO PROVISIONADOS ...	52
4.3 ANÁLISES DAS CONTINGÊNCIAS VERSUS PATRIMÔNIOS LÍQUIDOS	54
4.3.1 Análise do Passivo Contingente <i>versus</i> PL	54
4.3.2 Análise do Ativo Contingente <i>versus</i> PL.....	55
4.4 ANÁLISES DOS TIPOS DE PASSIVOS CONTINGENTES ENCONTRADOS	57
4.5 ANÁLISES DOS TIPOS DE ATIVOS CONTINGENTES ENCONTRADOS	58
5 CONCLUSÃO.....	59
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICE	68
ANEXOS.....	81

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade, em sua evolução ao longo do tempo, viu-se necessitada a adaptar-se à era da informação, visto ser esta uma ciência cujo foco está justamente em produzir e apresentar informações aos seus usuários auxiliando-os em suas tomadas de decisões. Com esta evolução, a ciência contábil por vezes se depara com assuntos divergentes em que há necessidade de que sejam explorados, criando-se conhecimentos suficientes para induzir a um resultado coerente para a contabilidade de uma forma geral.

As contingências, tanto passivas quanto ativas, de uma empresa são um desses pontos divergentes em que atualmente tem-se discutido em demasia visto serem situações “dependentes” da probabilidade de ocorrência de um fato no futuro para que possam ser reconhecidas no Balanço Patrimonial (BP) de uma empresa como uma provisão, em Notas Explicativas (NE) ou simplesmente não serem divulgadas, ou seja, em síntese as contingências não estão totalmente sob o controle da entidade.

A necessidade e a obrigação da constituição de provisões estão fundamentadas nos Princípios Fundamentais da Contabilidade, mais precisamente no Princípio da Prudência¹. A finalidade das provisões é de se fazer com que as contas de ativos e passivos espelhem a realidade da situação patrimonial de uma entidade.

As contingências, por se tratarem de um assunto adverso e um tanto quanto dúbio na contabilidade das empresas, quanto a sua constituição e demonstração, devem ser analisadas cada uma em seu caso particular observando sua origem, o grau de incerteza da realização do evento futuro ao qual está relacionada, a capacidade de mensuração quando for o caso, entre outros.

É necessário que as empresas contabilizem suas contingências de forma adequada, conforme as Normas e Princípios Fundamentais de Contabilidade, observando para tal a Resolução nº 1.180/09 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que aprova a Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica (NBC-T) - 19.7 na

¹ O Princípio da Prudência segundo a Resolução do CFC nº 750 de 1993, determina a adoção do menor valor para o ativo e do maior para o passivo, ou seja, impõe a escolha da hipótese que resulte menor patrimônio líquido. A aplicação deste princípio torna-se indispensável ao serem feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável.

qual são estabelecidas regras e procedimentos a serem observados relativos à adoção de provisões, passivos, contingências passivas e ativas, e, juntamente com a Deliberação 594/09 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que aprovam o Pronunciamento Técnico (CPC) número 25 no qual da mesma forma deve ser utilizado pelas entidades na elaboração de suas Demonstrações Financeiras quanto às contingências, assim como a Norma e Procedimento de Contabilidade (NPC) 22, aprovada pela de instrução nº 489 da CVM.

O CPC 25 é a norma brasileira que corresponde a Norma Internacional de Contabilidade número 37 (IAS - International Accounting Standard), em que são debatidas as práticas contábeis internacionais e estabelece critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação aplicáveis às contingências padronizando as Demonstrações Contábeis (DC) brasileiras com as internacionais. E por fim, as entidades devem observar o disposto nas Normas Internacionais como a própria IAS 37, uma norma publicada e revisada pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) e a SFAS nº 5 (*Statement of Financial Accounting Standard*), norma do FASB (*Financial Accounting Standards Board*), órgão que normatiza a contabilidade norte-americana.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Na contabilidade das empresas, por vezes surgem situações de dúvida quanto ao momento de ocorrência de uma obrigação, ou com relação ao valor necessário de desembolso para a liquidação destas obrigações. São situações atípicas em que se faz necessário recorrer às Normas e Princípios Fundamentais da Contabilidade para se ter o conhecimento de como proceder visando melhorar os resultados da entidade. Algumas dessas situações adversas são as contingências ativas e passivas, tema deste trabalho, as quais são situações derivadas de um evento passado, porém para serem concretizadas ou contabilizadas dependem da ocorrência ou não de um evento futuro o qual não está totalmente sob controle da entidade. Deste modo, segundo Farias (2004, p. 1) “na atribuição de valores exatos a obrigações contingentes que só se esclarecerão no futuro reside uma das problemáticas enfrentada pela contabilidade ao mensurar este elemento patrimonial”.

As empresas brasileiras estão passando por um período de transição em que devem adaptar suas Demonstrações Contábeis às Normas Internacionais da Contabilidade. Com isso, uma vez estando suas demonstrações financeiras em harmonia com as normas internacionais, e assim gerando um maior grau de transparência destas, as entidades têm acesso mais facilitado aos mercados internacionais, bem como proporcionam maior segurança aos investidores internos e externos, inibem interferências da legislação fiscal na contabilidade, estimulam a governança corporativa, entre outros.

Além de preocuparem-se com a correta evidenciação das contingências para ajustarem-se às Normas Internacionais da contabilidade e para inspeções de auditorias independentes, nos casos das Sociedades Anônimas (SA), as entidades devem ter consciência de que a escrituração incorreta das contingências ou sua omissão refletem diretamente no patrimônio da empresa.

Assim, quanto às contingências, as entidades viram-se necessitadas a adaptar suas demonstrações contábeis conforme prevê o CPC 25, em que são apontadas as principais características e condições para a constituição e evidenciação das contingências e provisões, bem como além do referencial teórico apresentado, são identificadas as recomendações necessárias para divulgações, facilitando assim a resolução de situações dúbias do cotidiano de uma entidade.

Para visualizar a real situação das contingências nas maiores empresas brasileiras, e, visto que estas estão em um período de implementação das Normas Internacionais da Contabilidade, formulou-se o seguinte questionamento: *As maiores empresas do Brasil estão evidenciando suas contingências conforme prevêem as normas da contabilidade brasileira e internacional?*

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.2.1 Objetivo Geral

Este trabalho tem como objetivo principal verificar como são evidenciadas as contingências das cem maiores empresas de capital aberto do Brasil.

1.2.2 Objetivos Específicos

Visando atingir o objetivo geral, são propostos os seguintes objetivos específicos:

1. Analisar a divulgação das contingências das empresas pesquisadas de acordo com o CPC 25;
2. Observar os montantes registrados em balanço patrimonial e os divulgados em notas explicativas relativos às contingências;
3. Verificar o quanto as contingências representam para as empresas analisadas quando comparadas aos seus respectivos Patrimônios Líquidos;
4. Identificar quais são os principais tipos de contingências, segundo exemplos do CPC 25, encontradas nas maiores empresas brasileiras.

1.3 JUSTIFICATIVA

As contingências são situações atípicas das entidades uma vez que estão condicionadas à realização ou não de um evento futuro e não estão sob controle total da entidade para se concretizarem. Elas se caracterizam por se constituir a partir de um evento ocorrido no passado que gere no futuro, com a efetivação da ocorrência de um fato, um ganho ou uma perda para a entidade.

Em função desta peculiaridade, e por se tratarem de um assunto um tanto quanto dúbio para a contabilização nas empresas, as contingências são um assunto ainda pouco explorado, e por vezes tratado sem o seu devido valor, pois a evidenciação errônea ou mesmo a omissão das contingências nas demonstrações financeiras de uma empresa pode acarretar em modificações no seu patrimônio, bem como influencia diretamente na confiança e credibilidade oferecidos aos

acionistas e clientes, assim as Demonstrações Contábeis de uma empresa não refletiriam corretamente a realidade vivenciada. Conforme afirma Moura (2003 p. 69) “a não apropriação da totalidade dos passivos contingentes pode não refletir, em determinado momento, o valor real do patrimônio de uma entidade.”

Desta forma, por serem situações de grande importância na contabilidade das empresas brasileiras, e ainda pouco exploradas, algumas pesquisas buscam divulgar as contingências de modo que se tornem mais fácil seu entendimento quanto à correta evidenciação e tratamento contábil. Este é o caso de Caetano, Silva, Biesdorf e Leal, da Universidade Federal de Uberlândia que publicaram uma pesquisa acerca da evidenciação dos passivos contingentes em empresas de papel e celulose, na qual foram analisadas as demonstrações contábeis destas empresas dentre os anos de 2005 a 2008 com o objetivo de verificar se estas seguiram as normas mínimas de evidenciação recomendadas pelos órgãos normativos nacionais.

De modo similar, esta pesquisa busca divulgar as contingências, porém não só os passivos, como também ativos contingentes e provisões, nas maiores empresas de capital aberto analisando suas demonstrações contábeis apenas do exercício social de 2008. Neste trabalho foram estudadas além das empresas de papel e celulose, todas as demais que constituíam a amostra das cem maiores, excluindo-se as entidades do setor financeiro com a finalidade de informar o comportamento das contingências nas empresas analisadas.

Além de informar acerca da real situação das contingências nas empresas brasileiras, esta pesquisa busca contribuir ainda na ampliação da informação acerca de ativos e passivos contingenciais, assim como sua correta evidenciação e tratamento contábil conforme prevêm as normas em vigor.

1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A amostra desta pesquisa está restrita às cem maiores empresas do Brasil, conforme o Portal da Revista Exame, excetuando-se as empresas de atividades financeiras em função de suas particularidades.

Segundo Lakatos e Marconi (2000, p.162) “(...) delimitar a pesquisa é estabelecer limites para a investigação”, assim esta pesquisa está limitada à análise das contingências evidenciadas nas Demonstrações Contábeis de uma amostra de cem empresas, tomando como base legal o pronunciamento técnico 25, além da

limitação temporal em que é analisado apenas o exercício de 2008. Os conhecimentos reunidos partem dos conceitos teóricos levantados e da análise dos dados das Demonstrações Contábeis das empresas com relação às contingências e avaliados, com finalidade de atingir os objetivos deste estudo.

1.5 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

No primeiro capítulo deste trabalho estão delimitados o tema, o problema e a justificativa, bem como os objetivos principal e específicos, os quais visam identificar dentre as cem empresas analisadas quais são os principais tipos e valores das contingências e qual é a representatividade destas para cada empresa quando comparadas ao seus respectivos Patrimônios Líquidos.

No capítulo seguinte está todo o referencial teórico necessário para o entendimento e desenvolvimento deste estudo em que são identificados os pontos de vista de autores conceituados no assunto, servindo como base conceitual para a análise das pesquisas, que, por sua vez, serão apontadas no capítulo quarto. Neste capítulo, será desenvolvido um exame detalhado dos resultados encontrados a partir das Demonstrações Contábeis publicadas no ano de 2008 das maiores empresas brasileiras visando avaliar e atingir os objetivos propostos.

O capítulo terceiro refere-se à metodologia utilizada, informando os passos utilizados para serem alcançados os objetivos da pesquisa.

No próximo capítulo, serão evidenciados os resultados obtidos, e no último capítulo desta pesquisa, são evidenciados os destaques obtidos das análises dos resultados como conclusão deste estudo, com intuito de informar a todos que se interessem, acerca da conjuntura das contingências nas empresas brasileiras.

Posteriormente, faz-se alusão aos autores utilizados como base para esta pesquisa nas Referências e finalmente nos anexos é apresentada a relação das cem empresas utilizadas na amostra.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo tem como objetivo evidenciar os conceitos necessários para o entendimento desta pesquisa. Serão apresentadas as bases teóricas que fundamentarão as análises dos resultados, e, para tal serão evidenciados os conceitos referentes a ativos e passivos e às contingências, bem como a diferença entre provisões e reservas para contingências e por fim, será feita alusão ao CPC 25.

2.1 ATIVOS E PASSIVOS

Visando cumprir o Princípio da Continuidade², para que uma empresa se mantenha no mercado é necessário que esta detenha meios para tal. Assim, torna-se indispensável a obtenção de produtos ou serviços (conforme o ramo da atividade) para comercializá-los e manter-se ativa.

Como conseqüências naturais da venda destes produtos ou serviços, clientes se dispõem a pagar por eles e contribuir com o fluxo de caixa da entidade. Além de bens financeiros, as organizações dispõem de bens físicos, que seriam os bens móveis e imóveis, bem como os bens intangíveis, como as marcas e direitos autorais. Há ainda, empresas que se propõem a participar de outras organizações como forma de garantir subsídios extras.

Todas estas conquistas normais de uma entidade com atividade contínua, entre outras, derivam de situações que já ocorreram, ou seja, passadas e formam a “parte positiva” da empresa, em que na contabilidade recebem o nome de Ativos. Desta maneira, conforme o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) (1998, p. 40) “Ativo é um recurso controlado pela empresa como resultado de eventos passados e do qual se espera que futuros benefícios econômicos resultem para a empresa.”

Segundo o IBRACON (1998), o ativo só poderá ser reconhecido no balanço quando satisfizer duas condições: quando for provável que a entidade irá receber

² Conforme a Resolução do CFC nº 750/93, o Princípio da Continuidade afirma que uma entidade deve sua vida ativa (operar) por um longo período de tempo. A entidade deve ser capaz de produzir riquezas sem interrupções para manter-se em andamento.

benefícios econômicos futuros e quando o valor do ativo puder ser medido em bases confiáveis.

Desta maneira, conforme define as regras de contabilidade norte-americanas, o FASB, ativos são prováveis benefícios econômicos futuros, obtidos ou controlados por uma entidade em consequência de transações ou eventos passados. Segundo o FASB (apud Hendriksen e Van Breda, 1999, p.285), os ativos possuem três características essenciais:

- 1) Incorpora um benefício futuro provável que envolve a capacidade, isoladamente ou em combinação com outros ativos, de contribuir direta ou indiretamente à geração de entradas líquidas de caixas futuras;
- 2) Uma dada entidade pode conseguir o benefício e controlar o acesso de outras entidades a esse benefício;
- 3) A transação ou o evento originando o direito da entidade ao benefício, ou seu controle sobre o mesmo, já ter ocorrido.

Segundo os autores, se uma destas características não for satisfeita, deixa-se de ser reconhecida a existência de um ativo.

Na contabilidade brasileira, o Pronunciamento Conceitual Básico, e as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas número 1, definem ativo como sendo “um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade”. Concordando com a definição destas normas, Ludícibus (2004) afirma que os ativos devem ser considerados bens de propriedade da entidade e direitos a benefícios futuros, em que tais direitos devem ser exclusivos da entidade.

Deste modo, conforme as referidas definições, de maneira sucinta os ativos são os bens e os direitos que uma entidade detém, advindos de transações que ocorreram no passado e com os quais a empresa espera gerar benefícios econômicos no futuro.

Em contrapartida, para a obtenção de ativos e manterem-se em harmonia com o Princípio da Continuidade, as entidades muitas vezes necessitam empregar capital de terceiros, ou mesmo admitem possuir um dever para com outrem cuja liquidação será postergada. As entidades tornam-se detentoras de compromissos com fornecedores nas compras a prazo, com seus funcionários ao estabelecer algum vínculo empregatício, com o governo através de impostos a pagar, com seus acionistas ao distribuir dividendos, entre outros. Assim, as organizações acabam por possuir uma obrigação, que já foi concretizada (no passado), a qual deverá ser

liquidada em um determinado momento no futuro. Estas obrigações, na contabilidade são chamadas de Passivos.

Os passivos, assim como os ativos, devem satisfazer dois critérios para serem reconhecidos do balanço, segundo o IBRACON (1998): quando for provável que ocorra uma saída de recursos para a liquidação deste passivo e quando o valor para a liquidação possa ser medido em bases confiáveis.

Segundo Iudícibus (2004), os passivos são exigibilidades que se referem a fatos já ocorridos a serem pagas em um momento específico futuro. Na mesma linha de raciocínio, a NBCT 01 e o CPC 25 definem o passivo como sendo “uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos”.

As Normas Internacionais de Contabilidade, assim como no caso dos ativos, concordam com as definições brasileiras acerca dos passivos. Segundo a *International Accounting Standard* (IAS) 37, traduzido por Ernst & Young e a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) (2009, p.311), o passivo “é uma obrigação presente da entidade proveniente de eventos passados, cuja liquidação se espera resulte em uma saída de recursos da entidade que incorporam benefícios econômicos.” A norma define ainda a obrigação presente como sendo uma obrigação legal, na qual deriva de um contrato, uma legislação ou outra operação da lei; ou uma obrigação construtiva, na qual decorre de práticas ou políticas da entidade que indiquem a aceitação de responsabilidades, criando assim uma expectativa válida para outras pessoas físicas ou jurídicas.

Para Hendriksen e Van Breda (1999, p.286) que representam o FASB, os passivos, da mesma forma que os ativos, possuem três características essenciais:

- 1) Contém uma obrigação ou responsabilidade presente com uma ou mais entidades, prevendo liquidação pela transferência futura provável ou pelo uso de ativos numa data especificada ou determinável, na ocorrência de um evento predeterminado, ou assim que seja solicitada;
- 2) A obrigação ou responsabilidade compromete dada entidade, permitindo-lhe pouca ou nenhuma liberdade para evitar o sacrifício futuro;
- 3) A transação ou outro evento que obriga a entidade já ocorreu.

Segundo os autores, se uma destas características não for satisfeita, deixa-se de ser reconhecida a existência de um passivo. Estas características reforçam as demais definições pois afirmam que os passivos serão quitados através da entrega de ativos da empresa, informa que a entidade fica comprometida a liquidar um

passivo através do sacrifício de ativos e por fim faz alusão ao fato gerador do passivo, pois este só pode ser assim considerado caso tenha acontecido em um momento do passado.

Com relação aos passivos de uma empresa, após análises das definições apresentadas, conclui-se que estes são considerados obrigações presentes as quais a entidade possui para com terceiros, advindas de eventos ocorridos no passado e que devem ser liquidadas em um momento futuro através da transferência de ativos desta organização.

2.2 CONTINGÊNCIAS

Existem situações ou condições que acontecem no dia a dia não só das empresas, mas da sociedade como um todo, em que seu desfecho além de ser impreciso, não é de competência da entidade a sua realização. Assim, situações que envolvem incertezas caracterizam situações contingentes.

Nesta linha de pensamento, o dicionário Houaiss define contingência como sendo:

- 1) possibilidade de que alguma coisa aconteça ou não;
- 2) um fato imprevisível ou infortuito que escapa ao controle; eventualidade;
- 3) Caráter do que ocorre de maneira eventual, circunstancial, sem necessidade, pois poderia ter acontecido de maneira diferente ou simplesmente não ter se efetuado.

Em síntese, uma contingência caracteriza-se pelo seu caráter impreciso, trata-se de uma situação dúbia com relação a sua concretização.

Segundo Ludícibus, Martins e Gelbcke (2009, p.247) contingência é “uma situação de risco já existente e que envolve um grau de incerteza quanto à efetiva ocorrência e que, em função de um evento futuro, poderá resultar em ganho ou perda para a empresa.”

Para o IBRACON (1998) as contingências restringem-se a situações que existem na data do balanço em que os efeitos financeiros serão determinados por eventos futuros que podem ocorrer ou não, ou seja, a contingência é criada a partir do evento ocorrido no passado, e, o evento a ocorrer no futuro irá solucionar a imprecisão.

Assim, as Informações Objetivas (IOB), em seu boletim nº 27 (1991) qualifica as contingências como possíveis situações futuras em que, ocorrendo algo,

ou deixando de ocorrer, dar-se-á origem a certos ganhos ou perdas, possibilidades de receitas ou despesas e surgimento de ativos ou exigibilidades.

Conforme a norma norte-americana SFAS nº 5, uma contingência é caracterizada como

uma condição existente, situação, ou conjunto de circunstâncias que envolvem a incerteza quanto ao possível ganho ou perda para uma empresa que será finalmente resolvido, quando um ou mais eventos futuros ocorrer ou não ocorrer. A resolução da incerteza pode confirmar a aquisição de um ativo ou a redução de um passivo ou a perda de um ativo ou a constituição de um passivo. (tradução nossa)

O quadro a seguir sintetiza os conceitos de contingências verificados:

Quadro 1: Conceitos de Contingências

IUDÍCIBUS, MARTINS E GELBCKE	IBRACON	IOB	CPC 25	SFAS 05
Situação de risco existente que envolve um grau de incerteza quanto à ocorrência, e que, em função de um evento futuro, poderá resultar em ganho ou uma perda.	Situações existentes na data do balanço cujos efeitos financeiros serão determinados por eventos futuros que podem ocorrer ou não	Possíveis situações futuras em que, ocorrendo algo, ou deixando de ocorrer, dar-se-á origem a certos ganhos ou perdas.	Situação cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade.	Situação que envolve incerteza quanto ao possível ganho ou perda, que será resolvido quando um ou mais eventos futuros ocorrer ou não.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas normas sobre Contingências.

Verifica-se que os conceitos sobre as contingências são bastante semelhantes buscando informar em síntese a incerteza contida na realização (ou não) do evento futuro.

Considerando a contabilidade das empresas, estas situações ocorrem tanto positiva quanto negativamente, ou seja, gerando ganhos ou perdas para a organização quando da sua concretização. Contudo, cada situação deverá ser analisada cada uma em seu caso particular, visto as características peculiares das contingências passivas e ativas.

2.2.1 Contingências Passivas

O CPC 25, assim como a NBCT 19.7 mencionam a definição de passivo contingente, em que descrevem ser uma possível obrigação resultante de um evento passado, cuja existência será confirmada quando ocorrer ou não um ou mais eventos futuros, e, estes últimos não estão totalmente sob o controle da entidade. Segundo estas entidades, um passivo contingente ainda pode ser definido como uma obrigação proveniente de eventos passados, porém ainda não reconhecida em seu Balanço Patrimonial por não ser provável que a empresa irá liquidá-la, ou porque o valor desta obrigação não tem bases confiáveis de mensuração.

Da mesma forma, o IAS 37 (apud Ernst & Young e FIPECAFI, 2009, p. 311), define o passivo contingente como

Uma obrigação possível que provenha de eventos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade, ou é uma obrigação presente que decorra de eventos passados, mas, que não é reconhecida, pois não é provável que será necessário a saída de recursos para liquidar a obrigação ou porque a quantia da obrigação não pode ser estimada com suficiente confiabilidade.

O FASB, através do SFAS 5 (apud Hendriksen e Van Breda, 1999), condiciona o passivo contingente a atender a definição de passivo, a possuir probabilidade relativamente elevada de ocorrência do evento futuro e a possuir seu valor razoavelmente estimado.

Percebe-se que as Normas Brasileiras da Contabilidade seguem os conceitos utilizados internacionalmente quanto ao que tange os passivos contingentes, demonstrando-os em dois momentos: os que são reconhecidos, pois se caracterizam como uma obrigação presente dependente da efetivação de um determinado evento no futuro, pois este não está em sua totalidade sob o controle da empresa; e os que não são reconhecidos, ou porque a entidade supõe ser incerta a quitação da obrigação, ou porque o valor desta obrigação não pode ser mensurado com bases confiáveis.

Contribuindo com estes conceitos, a CVM em seu Ofício-Circular nº 01 de 2005, afirma que a perda contingente deve ser provisionada sempre que for provável que eventos futuros ou a experiência passada venham a confirmar a existência de um passivo, e quando tal perda puder ser razoavelmente estimada.

Contudo, segundo esta norma da CVM, caso o valor do passivo contingente não possa ser razoavelmente estimado, toda e qualquer informação relevante deve ser divulgada, ao menos, em nota explicativa, para que os usuários das demonstrações contábeis possam tomar conhecimento dos riscos contingentes a que uma dada companhia estará sujeita.

Concordando com os critérios de reconhecimento brasileiros e internacionais sobre os passivos contingentes, Hendriksen (1999) afirma que as perdas contingentes só poderão ser reconhecidas se satisfizerem as condições de passivo, possuírem probabilidade de ocorrência do evento futuro relativamente alta e a perda puder ser razoavelmente estimada. O autor informa ainda que não poderão ser reconhecidas as perdas contingentes com probabilidade razoável de ocorrência do evento futuro, estas deverão ser divulgadas em notas explicativas. E por fim, Hendriksen (1999, p. 288) afirma que “nenhuma referência precisará ser feita à contingência se for julgado que a probabilidade de sua ocorrência é remota.”

2.2.2 Contingências Ativas

As contingências ativas, da mesma forma como as passivas, são definidas tanto na NBCT 19.7 e no CPC 25, como na IAS 37, como sendo um possível ativo resultante de eventos passados, e sua existência está condicionada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros imprecisos que não fazem parte em sua totalidade do controle da entidade.

Conforme cita Ribeiro (2005, p.92) “A expressão **contingência ativa** refere-se aos ganhos auferidos em decorrência de condições e situações de incerteza no presente ou passado”.

Segundo o Ofício-Circular da CVM nº 01/2005, para atender aos princípios contábeis, as contingências ativas não devem ser reconhecidas contabilmente, devendo ser divulgadas em notas explicativas a descrição de sua natureza, o valor potencial e a expectativa da companhia para uma eventual realização. A CVM ainda relata em seu Parecer de Orientação nº 15 de 1987 que os ganhos contingentes não devem ser reconhecidos em BP enquanto não estiver assegurada efetivamente sua obtenção em decisão final, para a qual não caibam mais quaisquer recursos.

Concordando com os conceitos emitidos pela CVM, o IOB em seu boletim nº 27 (1991, p.263), define as contingências ativas como “possíveis ganhos ou receitas futuras sobre as quais existem incertezas”. O mesmo boletim informa ainda que as contingências ativas não devem ser contabilizadas, pois seguindo o Princípio da Prudência apenas as contingências passivas sofrem registro quando são mensuráveis e já tiveram seus fatos geradores ocorridos. Exemplificando, o IOB adverte que só haverá possibilidade de recebimento de uma indenização, a qual havia dúvida, no momento em que for efetivada a ação judicial.

Assim, nota-se que as normas em estudo concordam com o conceito de ativo contingente, diferenciando do passivo no que tange ao reconhecimento no Balanço Patrimonial, ou seja, seguindo o Princípio da Prudência, o ativo não poderá ser registrado até não ser confirmada a sua concretização.

2.2.3 Tipos de Contingências

As contingências podem possuir diferentes naturezas, porém no meio empresarial as ações judiciais ganham destaque, conforme é mencionado por Giometti (2004, p.01)

De maneira geral, tanto as perdas quanto os ganhos contingentes advêm de disputas judiciais, descumprimento de cláusulas contratuais, exigências de garantias, divergências de interpretação sobre a incidência e a forma de cálculo de impostos e sinistros em riscos não cobertos por seguros.

Estas ações são movidas por terceiros contra a empresa, e, conforme sua probabilidade de ocorrência podem tornar-se um passivo contingente. Em contrapartida, conforme cita Ribeiro (2005, p.92) “Da mesma forma que uma empresa pode atingir terceiros e ter de reparar os danos causados, pode, também, ser atingida, adquirindo o direito de reivindicar a reparação”.

Uma contingência tributária pode originar-se a partir de inúmeros casos envolvendo tributos, como cita Ludícibus, Martins e Gelbcke (2009), pode surgir após a introdução de um novo tributo ou alteração de alíquotas em que ocorrem situações dúbias em seus textos da lei, gerando uma lacuna para erros e conseqüentemente abrindo espaço para processos judiciais para sua reparação. Conforme exemplifica a NBC-T 19.7, se a administração da empresa entender que determinada lei, que alterou a alíquota de um tributo ou introduziu um tributo novo é inconstitucional, esta

pode, através de seus advogados, ajuizar uma ação alegando inconstitucionalidade desta.

Da mesma forma acontece com as contingências trabalhistas, que envolvem principalmente reclames judiciais solicitando indenizações a funcionários ou ex-funcionários da entidade, gerando condições para a formação de passivos contingentes.

Outra contingência que tem sido bastante discutida atualmente e que tem ganhado atenção especial por parte das entidades é a ambiental, em função do grande impacto causado à sociedade em geral quando não respeitada sua preservação. Muitas entidades sem fins lucrativos visam à prevenção do meio ambiente e coagem as empresas a manterem sua produção em conformidade com os padrões de preservação para evitar danos ambientais. Tais danos são passíveis de multas e ações judiciais para reparar o estrago causado, e, segundo Ribeiro (2005), derivam principalmente de falhas operacionais.

As contingências ambientais que geram futuras perdas são denominadas passivos ambientais pelo IBRACON (1994) em sua Norma e Procedimento de Auditoria (NPA) nº 11 e conceitua-o como:

Toda a agressão que se pratica ou praticou contra o meio ambiente. Consiste no valor dos investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial. Uma empresa tem passivo ambiental quando ela agride de algum modo o meio ambiente e não dispõe de nenhum projeto para sua recuperação aprovado oficialmente ou de sua própria decisão.

Desta maneira, observa-se que uma contingência passiva ambiental acontece no momento em que ocorre um fato gerador que motive um reparo a um dano causado ao meio ambiente.

2.3 PROVISÃO VERSUS RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões são classificadas tanto no CPC 25, quanto na NBC-T 19.7 e no NPC 22 da mesma forma: como um passivo, porém de prazo ou valor incerto. Neste sentido, a provisão necessita atender ao conceito de classificação do passivo, ou seja, ser uma “obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos” (CPC 25, p.5), porém há a incerteza quanto ao valor da obrigação ou ao momento exato em que haverá sua liquidação.

Seguindo as normas contábeis, mais precisamente o Princípio da Competência³, a contabilidade das empresas deve demonstrar, nos períodos de tempo específicos, as informações necessárias para os seus usuários as utilizarem em suas tomadas de decisões. Neste sentido, situações que envolvam incertezas, como é o caso das provisões devem ser demonstrados no período de competência para que a realidade econômica da entidade seja evidenciada, ou seja, em função deste regime, deve-se provisionar o valor que poderá futuramente gerar uma perda para uma entidade.

Segundo a Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009, p.22), o termo provisão está restrito aos casos em que:

- 1) Haja a obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de evento passado;
- 2) Seja provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e
- 3) O valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

De acordo com os autores (2009, p.21), “o termo *contingente* agora é de uso exclusivo de ativos e passivos não reconhecidos, o uso anteriormente freqüente de “provisões para contingências” não é mais adequado. Assim, se um passivo tiver menor grau de incerteza, este será considerado contingente, enquanto que passivos com chance provável de liquidação e estimados com segurança são provisões.

O boletim da IOB nº 03 (1998 p.02) define as provisões como “estimativas de obrigações ou perdas de ativos”. Este normativo divide as provisões em dois grupos: as que representam estimativa de perda de ativos e as que indicam a existência de obrigações estimadas, como é o caso dos passivos contingentes.

Corroborando com conceitos brasileiros, as normas internacionais prevêm que as “provisões são obrigações presentes e é provável que haja um desembolso de caixa futuro, portanto devem ser registradas” (Ernst & Young e FIPECAFI 2009, p.319).

A norma IAS 37 (apud Ernst & Young e FIPECAFI, 2009, p.312) afirma que “uma provisão deve ser reconhecida quando uma entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva), seja provável que um desembolso de recursos ocorra, e possa ser feita uma estimativa confiável da quantia da obrigação.”

³ O princípio da Competência, conforme cita a resolução do CFC nº 750 de 1993, as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, independente de recebimento ou pagamento.

Percebe-se que as normas internacionais possuem opinião semelhante às normas brasileiras quanto à constituição das provisões, as quais são realizadas quando uma perda é considerada provável e seu montante puder ser estimado.

O boletim da IOB nº 03 (1998, p.02), afirma que:

Contingências passivas são possíveis desembolsos ou perdas de ativos que podem vir a ocorrer no futuro. Se essa possibilidade existe e deve-se a algum fato gerador contábil já ocorrido e, ainda, se o possível desembolso ou perda de ativo pode ser razoavelmente mensurado em reais, precisa ser contabilizado dentro do regime de competência, mediante constituição de uma provisão, a débito do resultado.

Em síntese, as provisões diferem-se dos passivos por possuírem valor e/ou momento de liquidação incertos. Possuem caráter estimativo e fato gerador já ocorrido, bem como alteram o resultado ao serem constituídas. O CPC 25 (par.36) afirma que “o valor reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.”

Segundo o CPC 25 (par.25)

O uso de estimativas é uma parte essencial da elaboração de demonstrações contábeis e não prejudica a sua confiabilidade. Isso é especialmente verdadeiro no caso de provisões, que pela sua natureza são mais incertas que a maior parte de outros elementos do balanço.

De acordo com Ribeiro (2005), na data do encerramento do exercício, se houver fortes indícios de uma perda de ativos ou da ocorrência de uma obrigação, uma provisão deve ser constituída, desde que o valor da perda possa ser razoavelmente estimado.

Assim, uma contingência passiva, por possuir uma característica dúbia quanto ao seu valor e principalmente quanto à ocorrência do evento futuro que irá acarretar na sua realização, deve ser provisionada, contudo esta deve ter seu valor estimado com bases confiáveis e possuir grande probabilidade de ocorrência, convergindo deste modo com os princípios da competência e da prudência.

Conforme cita Ribeiro (2005, p.87) “é unânime, entre o FAS 5, o Ibracon e os escritores Hendriksen, Ludícibus e Martins, a opinião de que nem todas as incertezas inerentes ao processo contábil resultam em contingências”. Segundo a autora, há situações em que são utilizadas estimativas dentro do regime de competência, como é o caso de provisões para férias ou 13º salário. Porém tais provisões diferem das contingenciais por estas últimas dependerem da efetivação de um evento futuro, como por exemplo, a perda de uma ação judicial, enquanto que não há nenhum evento futuro que possa colocar em dúvida a obrigação do pagamento das férias ou

13º salário. Percebe-se que em uma provisão para contingências há incertezas quando à realização de uma obrigação em um momento futuro, o que não ocorre com a provisão para férias, por exemplo, pois esta apesar possuir valor ou momento de ocorrência dúbio, é certo que se converterá em uma obrigação exigível.

As provisões ainda podem tornar-se equívocas ao serem confundidas com a reserva para contingências.

A lei 6.404 de 1976, em seu artigo nº 195, estabelece que uma reserva para contingências pode ser constituída “[...] com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado.” Assim, uma entidade ao constituir esta reserva tem condições de evitar um possível desequilíbrio em suas finanças em situações contingentes cujos eventos futuros sejam prováveis.

Corroborando com a lei, Ludícibus, Martins e Gelbcke (2009) informam que o objetivo da constituição de tal reserva é destinar uma parcela do lucro para prováveis perdas extraordinárias futuras que poderão vir a diminuir o lucro ou gerar prejuízo em exercícios futuros. Tais perdas futuras são exemplificadas pelo autor como geadas ou secas que possam atingir plantações ou cheias e inundações que possam atingir ciclicamente estoques.

Segundo o IOB nº 27 (1991, p.268), “a separação entre Provisão para Contingências e Reserva para Contingências reside exatamente na existência ou não do fato gerador⁴ contábil.” O normativo informa que tanto a provisão quanto a reserva para contingências decorrem de estimativas pela incerteza do desembolso futuro de quitação de uma obrigação, porém as provisões diferem-se das reservas por aquelas terem seus fatos geradores já ocorridos e, portanto, a necessidade de registro pela competência. Com relação à reserva para contingências, estas são fundos que foram segregados do lucro para cobrir uma eventual situação de contingência que ainda não teve seu fato gerador ocorrido.

Concordando com a definição do IOB, Ludícibus, Martins e Gelbcke (2009, p.322) afirmam que “a provisão destina-se a dar cobertura a perdas ou despesas *já incorridas*, mas ainda não desembolsadas...”, e, ao serem lançadas no resultado, têm uma provisão como contrapartida registrada no passivo exigível. Os autores

⁴ Conforme cita o IOB (1991), fato gerador contábil é o fato ocorrido que dá origem à obtenção ou baixa de um ativo ou de um passivo, ou que no futuro pode criar um passivo ou causar uma perda de ativo, ou ainda, é a necessidade de reconhecimento de uma despesa segundo o regime de competência.

informam ainda diferencia a provisão da reserva para contingências afirmando que esta última é “[...] uma expectativa de perdas ou prejuízos ainda não ocorridos; por ser possível antevê-los e por precaução e prudência empresariais, segrega-se uma parte dos lucros existentes...”, assim, esta compõe o patrimônio líquido da entidade.

2.4 AS CONTINGÊNCIAS CONFORME O CPC 25

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis visando regular as normas brasileiras de contabilidade com as internacionais, com relação ao que tange às contingências, criou o Pronunciamento Técnico nº 25.

Este CPC correlaciona-se com a norma internacional IAS 37 e tem por objetivos estabelecer os critérios de reconhecimento e as bases de mensuração apropriadas para as provisões e passivos e ativos contingentes, bem como divulgar as informações necessárias a serem expostas em notas explicativas.

O CPC 25 tem alcance a todas as entidades no tocante à contabilização de provisões, passivos e ativos contingentes com algumas exceções, entre elas, os passivos resultantes de contratos a executar (a menos que este seja oneroso) e os que estejam cobertos por outros Pronunciamentos, caso dos instrumentos financeiros abrangidos pelo CPC 38, os contratos de construção (CPC 17), os tributos sobre lucro (CPC 32), arrendamento mercantil (CPC 06), entre outros.

No entender do CPC 25 (par. 12) “... o termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento.” Desta forma, se for registrada a obrigação por possuir bases confiáveis de mensuração e for provável a saída de recursos, esta se torna uma provisão, caso contrário será um passivo contingente e não será reconhecido como um passivo (BP) da empresa por não atender aos critérios de reconhecimento deste ou por serem obrigações possíveis, ou seja, “(...)ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos” (CPC 25, par. 13).

Em síntese, quando nenhuma estimativa confiável puder ser feita, haverá um passivo que não poderá ser reconhecido, e, portanto, será divulgado como passivo contingente (par.26).

Existem alguns casos raros em que não fica claro a existência ou não de uma obrigação presente, como o caso dos processos judiciais. Nestes casos, a

entidade deve determinar se existe obrigação presente na data de encerramento do balanço, e, para tal, deve considerar todas as evidências disponíveis, recorrendo se necessário à assistência de peritos.

O Pronunciamento Técnico 25 (par. 38) informa que

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento da administração da entidade, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Desta maneira, conforme o parágrafo 42, os riscos e as incertezas que existem devem ser levados em consideração para alcançar a melhor estimativa da provisão. Portanto, é necessário cuidado para que as receitas e ativos não sejam superavaliados e as despesas ou passivos não sejam subavaliados.

Segundo a CVM, em seu ofício-circular nº 01/2005, em concordância com o CPC 25, as estimativas tanto de desfecho quanto do efeito financeiro das contingências são determinadas pelo julgamento da administração complementado por estudos, pareceres técnicos e pela própria experiência em situações semelhantes, além de serem revisadas por um auditor independente. Da mesma forma, o IBRACON, na Interpretação Técnica nº 02/2006, afirma que devem ser observados os seguintes critérios para julgamento de uma contingência:

“a) existência de jurisprudência(...); b) opinião dos advogados(...); c)(...)consenso que pode ser obtido de especialistas qualificados(...)”.

As normas internacionais da contabilidade, através do IAS 37, confirmam o disposto nos normativos brasileiros no que tange à análise das incertezas contingenciais. Assim, concordando com o descrito no parágrafo anterior, a norma internacional 37 afirma que:

As estimativas do desfecho e os efeitos financeiros são determinados pelo julgamento da gestão da entidade, complementados pela experiência de semelhantes transações e, em alguns casos, pelos relatórios de especialistas independentes. (IAS 37, par.38, tradução nossa)

Para que as demonstrações contábeis reflitam transparência e confiabilidade aos usuários, é necessária a reavaliação dos itens estimados, como as provisões, e assim ajustá-las para que possam refletir a melhor estimativa. Conforme o parágrafo 59 do CPC 25, “se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.”

As contingências, por se tratarem de incertezas, contabilmente são reconhecidas quanto à sua chance de ocorrência. Segundo o IBRACON, na NPA nº

09 sobre incertezas, estas chances são divididas em prováveis, possíveis ou remotas de se incorrer em um passivo ou de não se realizar um ativo.

Sintetizando a avaliação das probabilidades de ocorrência do evento futuro, para posteriormente prosseguir ao reconhecimento ou divulgação da contingência, a NBC-T 19.7 (19.7.5) define os seguintes parâmetros:

- a) Praticamente certo: este termo é mais fortemente utilizado no julgamento de contingências ativas. Ele é aplicado para refletir a situação na qual um evento futuro é certo, apesar de não ocorrido. Essa certeza advém de situações cujo controle está com a administração da entidade, e depende apenas dela, ou de situações em que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis para a entidade, sobre as quais não cabem mais recursos;
- b) Provável: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer;
- c) Possível: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota; e
- d) Remota: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é muito pequena.

Neste sentido, o CPC 25 (par. 16) informa qual seria a forma ideal de divulgação de uma obrigação:

- a) Quando for mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço, a entidade deve reconhecer a provisão (se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos); e
- b) Quando for mais provável que não exista uma obrigação presente na data do balanço, a entidade divulga um passivo contingente, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos.

Conforme cita o pronunciamento em questão, em seu parágrafo 27, “a entidade não deve reconhecer um passivo contingente”. Este deve ser divulgado em Notas Explicativas quando for possível seu desembolso, a menos nos casos em que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos da empresa. Os passivos contingentes devem ser periodicamente avaliados para verificar se passaram para a condição de “provável” o desembolso, e assim serem provisionados.

Corroborando com os critérios mencionados pelo CPC 25, o IBRACON (1998, p. 141) afirma que:

O montante de uma perda contingente deve ser provisionado por meio de um débito na demonstração do resultado, se:

- a) For provável que eventos futuros venham a confirmar que, após levar em conta qualquer provável recuperação relacionada, houve a diminuição do valor de um ativo ou a existência de um passivo na data do balanço; e
- b) Puder se feita uma razoável estimativa do montante da perda resultante.

Conforme cita ainda o IBRACON (1998, p. 141), “o tratamento contábil de uma perda contingente é determinado pela expectativa do resultado da

contingência.” Assim, se o resultado for provável que esta contingência se torne uma perda para a entidade, é prudente provisioná-la.

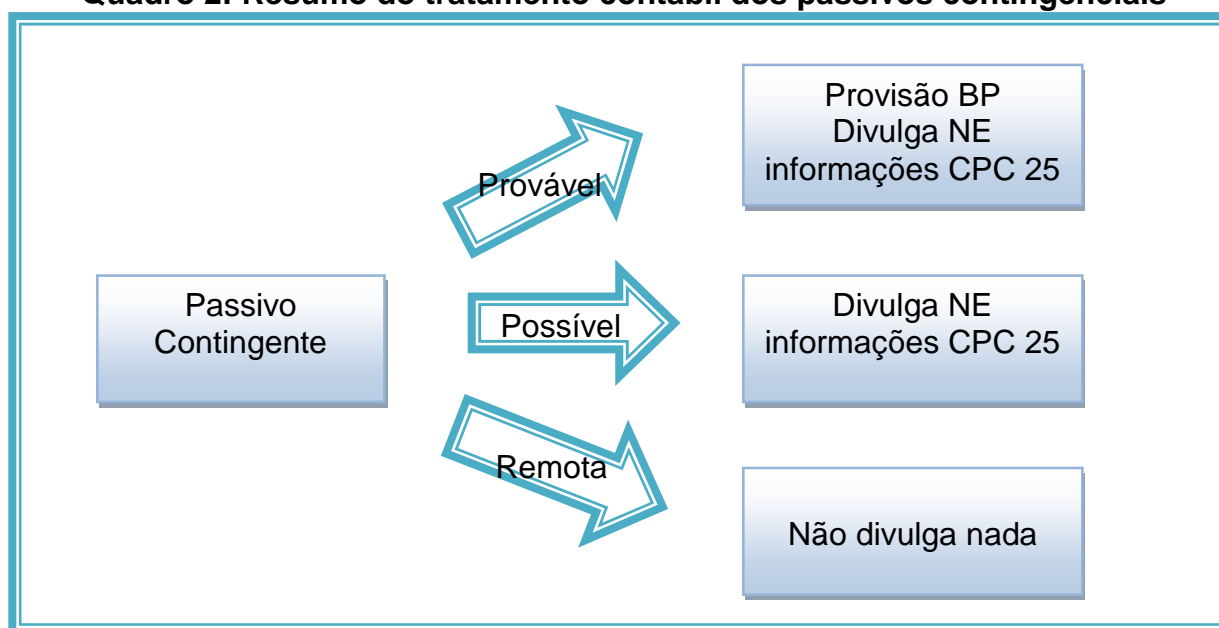
Segundo Tornovsky (2006, p.02):

Quando não for possível determinar a existência de uma obrigação presente, deve-se presumir que um evento passado dá origem a uma obrigação presente quando for *provável* que uma obrigação presente exista na data do balanço, caso em que, observadas as demais condições ser um passivo, deverá ser constituída uma provisão no balanço da entidade. Se a existência de uma obrigação presente não for provável, mas *possível*, a entidade deverá divulgar uma contingência passiva em nota explicativa. Se a existências de uma obrigação presente for *remota*, não é necessário efetuar provisão nem divulgação.

A NBC-T 19.7 (19.7.7.2) de forma idêntica ao CPC 25, afirma que quando for provável que existirá uma obrigação presente na data do balanço, a entidade deve provisioná-la, e, caso contrário, esta será divulgada como contingência passiva, a menos que tal possibilidade seja remota.

Em síntese, após os conceitos elaborados nas normas e pelos autores mencionados com relação aos passivos contingentes, percebe-se que quando uma contingência é considerada provável de se tornar uma obrigação ou perda para a empresa, há um registro contábil como provisão. Caso a probabilidade de ocorrência da contingência for possível, apenas faz-se sua divulgação em notas explicativas. E por fim, se a possibilidade de ocorrência de obrigação for remota, não é reconhecida nem divulgada a contingência, como pode ser percebido no quadro a seguir:

Quadro 2: Resumo do tratamento contábil dos passivos contingenciais



Fonte: Elaborado pela autora com base nas normas brasileiras e internacionais acerca das contingências.

Da mesma forma que um passivo contingente, o CPC 25 (par. 31) afirma que “a entidade não deve reconhecer um ativo contingente”.

Porém, de forma diferente ao passivo, o CPC 25 determina que o ativo deve ser divulgado apenas em situações em que seja provável a entrada de benefícios econômicos, visando a prudência. No entanto, quando o ativo contingente tiver probabilidade praticamente certa, ou seja, sem possibilidades de recursos, este poderá ser reconhecido no Balanço Patrimonial.

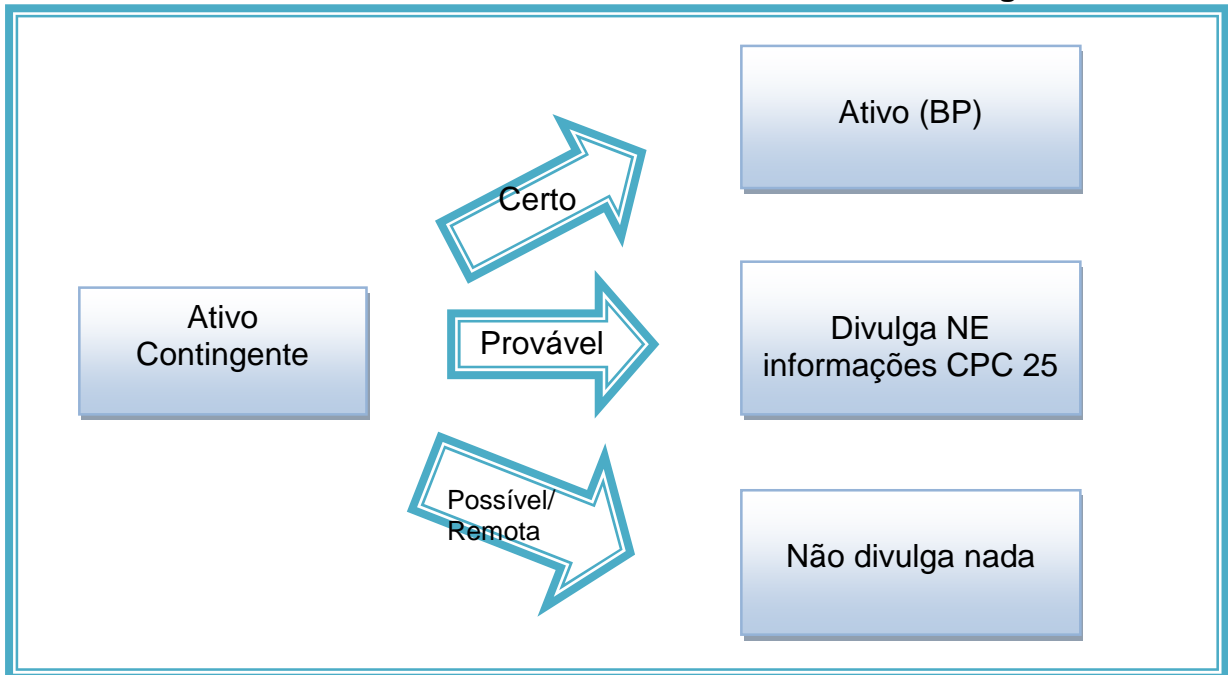
A CVM em seu Ofício-Circular nº 01/05 afirma que as contingências ativas atendendo aos princípios contábeis, “... não devem ser reconhecidas contabilmente, devem ser divulgados em nota com descrição da sua natureza, o valor potencial e a expectativa da companhia sobre a sua eventual realização.” A Comissão informa ainda através do Parecer de Orientação da CVM nº 15/87 que:

Normalmente as contingências ativas ou ganhos contingentes não devem ser registrados; somente quando estiver efetivamente assegurada a sua obtenção ou recuperação é que devem ser reconhecidos contabilmente. Um possível ganho em ações administrativas ou judiciais, somente deve ser reconhecido quando, percorridas todas as instâncias necessárias, a empresa obtiver decisão favorável.

Concordando com o entendimento da CVM e do pronunciamento técnico 25, a NBC-T 19.7 (19.7.11.1) afirma que “a entidade não deve reconhecer uma contingência ativa”, pois segundo esta norma, “[...] pode tratar-se de um resultado que nunca venha a ser realizado.” A NBC-T 19.7 afirma ainda que quando for provável a entrada de recursos, a contingência ativa é divulgada em notas explicativas.

Assim, em síntese, as contingências ativas, pela Prudência, não devem ser reconhecidas até o momento em que forem julgadas praticamente certas. Caso a contingência tenha probabilidade provável de tornar-se um ganho para a entidade, deve ser divulgada em notas explicativas. E por fim, se a for julgada possível ou remota a probabilidade de ocorrência, nada deve ser divulgado.

Assim, uma vez obedecendo ao Princípio da Prudência, este tipo de ativo se diferencia dos passivos contingentes quanto a sua evidenciação. O quadro demonstrado a seguir ilustra uma síntese de como devem ser tratadas as contingências ativas:

Quadro 3: Resumo do tratamento contábil dos ativos contingenciais

Fonte: Elaborado pela autora com base nas normas brasileiras e internacionais acerca das contingências.

O quadro a seguir sintetiza, com base em todo o referencial teórico exposto acerca do CPC 25 no que tange ao tratamento contábil a partir das probabilidades de ocorrência das contingências:

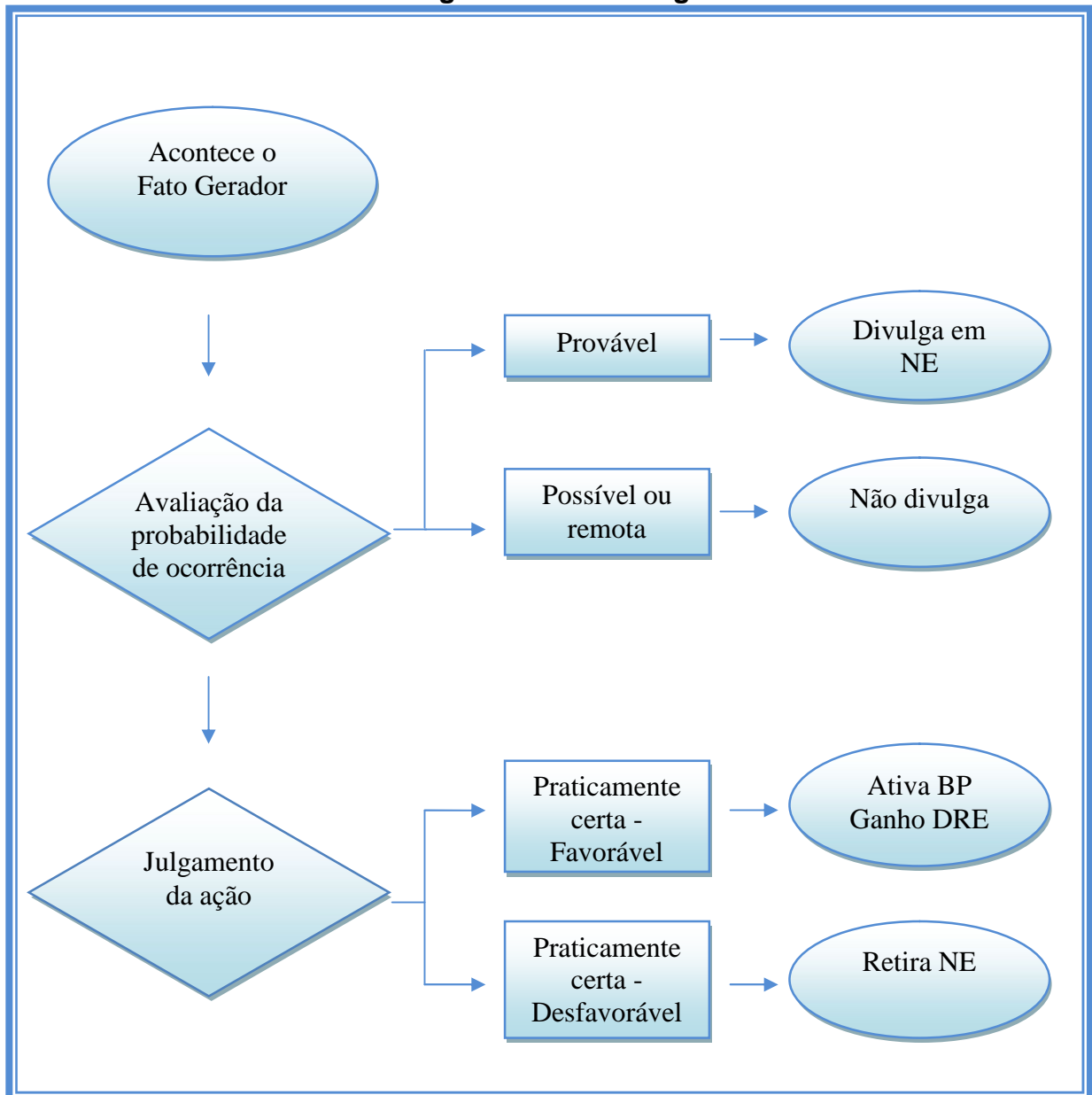
Quadro 4: Tratamento contábil das contingências

Tipo de contingência	Probabilidade	Tratamento
Contingência ativa	Praticamente certa	Reconhecer o ativo
	Provável	Divulgar
	Possível ou remota	Não divulgar
Contingência passiva	Provável - mensurável com suficiente segurança - não mensurável com suficiente segurança	Provisionar Divulgar
	Possível	Divulgar
	Remota	Não divulgar

Fonte: Norma Brasileira de Contabilidade Técnica nº 19.7 – Provisões, passivos, contingências passivas e contingências ativas.

Desta forma, é possível sintetizar, nos fluxogramas abaixo, os passos a serem observados por uma entidade para os casos das contingências, conforme o CPC 25 e a NBC-T 19.7:

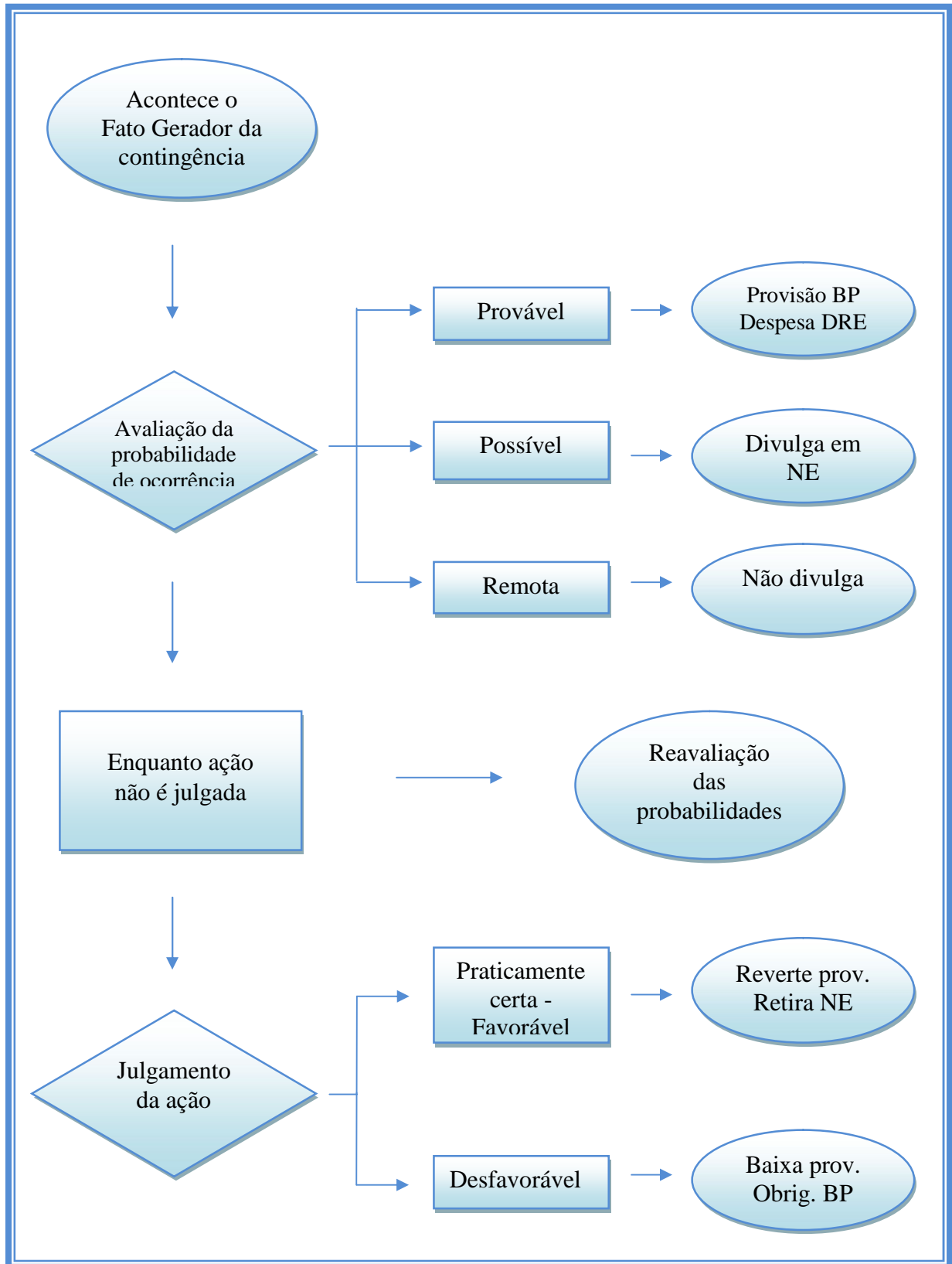
Quadro 5: Fluxograma das contingências ativas



Fonte: Elaborado pela autora com base no CPC 25 e NBC-T 19.7.

O fluxograma a seguir informa, com relação aos passivos contingentes, passos a serem seguidos pela contabilidade das empresas para sua correta evidenciação.

Quadro 6: Fluxograma dos passivos contingentes



Fonte: Elaborado pela autora com base no CPC 25 e na NBC-T 19.7.

Há casos em que um contrato torna-se oneroso, ou seja, aqueles “ em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.” (CPC 25, par.10), assim, o parágrafo 66, afirma que a obrigação presente deste contrato deve ser mensurada e reconhecida como provisão.

Da mesma forma, ao cumprirem os critérios gerais de reconhecimento, os custos de reestruturação devem ser reconhecidos como provisão, porém o pronunciamento especifica os eventos que se enquadram na definição de reestruturação:

- a) Venda ou extinção de linha de negócios;
- b) Fechamento de locais de negócios de um país ou região ou a realocação das atividades de negócios de um país ou região para outro;
- c) Mudanças na estrutura da administração, por exemplo, eliminação de um nível de gerência; e
- d) Reorganizações fundamentais que tenham efeito material na natureza e no foco das operações da entidade. (CPC 25, par. 70).

Quando uma entidade possuir um plano formal detalhado para reestruturação ou houver criado uma expectativa válida naqueles que serão afetados pela reestruturação, estará instituindo obrigações não formalizadas para reestruturação, as quais terão tratamento idêntico às obrigações legais, ou seja, provisionadas. De acordo com o parágrafo 80 do CPC 25,

a provisão para reestruturação deve incluir somente os desembolsos diretos decorrentes da reestruturação, que simultaneamente sejam:

- a) Necessariamente ocasionados pela reestruturação; e
- b) Não associados às atividades em andamento da entidade.

Colabora com esta definição, a norma internacional IAS 37 (apud Ernst e Young e FIPECAFI, 2009), em que afirmam ser os dispêndios de reestruturação necessariamente relativos à entidade e não associados com atividades continuadas da empresa. Os autores, assim como o CPC 25 no parágrafo 81, exemplificam os custos os quais não devem ser provisionados como reestruturação, a saber: “a) novo treinamento ou remanejamento da equipe permanente; b) marketing; ou c) investimento em novos sistemas e redes de distribuição.” Conforme as normas, estes são desembolsos que não formam passivos na data do balanço, e sim posteriormente.

Desta maneira, conforme a NBC-T 19.7, para os casos de reestruturação, não se enquadram reorganizações financeiras, societárias ou outras similares, apenas as que se referem à natureza e ao foco das operações.

Segundo a NBC-T 19.7, “quando se espera que algum ou todos os dispêndios exigidos para liquidar a provisão sejam reembolsados por outra parte, o reembolso deve ser reconhecido somente quando for praticamente certo que ele será recebido...”, conforme cita a referida norma, “o reembolso deve ser tratado como um ativo separado”.

Um dos principais objetivos do pronunciamento em questão, são as divulgações a serem feitas pelas empresas quanto as suas contingências. Assim, ao final do CPC 25, são definidas todas as informações consideradas de relevância que devem ser divulgadas para que a entidade possa transmitir confiabilidade aos usuários. Estas informações estão elencadas primeiramente sobre as provisões para contingências, posteriormente o pronunciamento menciona as divulgações a serem feitas acerca dos passivos contingentes e finalmente define quais são as informações relevantes sobre os ativos contingentes.

Com relação às provisões para contingências, o CPC 25 define em seus parágrafos 84 e 85 que devem ser divulgados:

- a) o valor contábil no início e no fim do período;
- b) provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;
- c) valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período;
- d) valores não utilizados revertidos durante o período;
- e) o aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto;
- f) uma breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes;
- g) uma indicação das incertezas sobre o valor ou cronograma dessas saídas; e
- h) O valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado.

Para os passivos contingentes, o CPC 25 utiliza-se do parágrafo 86 para informar que devem ser divulgadas a natureza do passivo contingente, a estimativa do seu efeito financeiro, a indicação das incertezas com relação ao valor ou momento de saída e a possibilidade de qualquer reembolso, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

Finalmente, com relação aos ativos contingentes, o pronunciamento define em seu parágrafo 89 que devem ser divulgados, quando for provável a entrada de benefícios econômicos e se for praticável, uma estimativa do efeito financeiro e uma breve descrição da natureza do ativo contingente.

3 METODOLOGIA

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Com a finalidade de realizar um estudo sobre as contingências passivas e ativas das maiores entidades de capital aberto do Brasil, se faz necessário a demonstração de conhecimento sobre o tema a ser abordado. Uma das formas a ser utilizada para que se obtenha maior conhecimento no processo de criação de tal trabalho é a pesquisa.

Gil (2007, p.17) define a pesquisa “como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.” Deste modo, para o autor, a pesquisa se faz necessária no momento em que não se dispuser de informações suficientes para responder ao problema em questão.

Tratando-se da Ciência Contábil uma ciência factual, e que a proposta dessa pesquisa baseia-se em coleta de informações e fatos, o método a ser utilizado para atingir o objetivo geral deste estudo será o método científico utilizando como procedimento de pesquisa o levantamento.

Para Faria (2007, p.32) “levantamento consiste na busca de documentos de fontes primárias, como documentos oficiais, jurídicos e particulares”, contribuindo ainda com esta definição, Gil (2007, p.45) defende que devem ser “utilizados materiais que não receberam ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Com relação à abordagem do problema, esta se classifica como quantitativa, pois há o emprego de instrumentos estatísticos para quantificar a coleta dos dados e compará-los às outras informações. Para Chizzotti (2006, p.52), as pesquisas de abordagem quantitativa,

prevêem a mensuração de variáveis preestabelecidas, procurando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis, mediante a análise da frequência de incidências e de correlações estatísticas. O pesquisador descreve, explica e prediz utilizando técnicas eficazes para declarar o verdadeiro conhecimento.

Desta maneira, busca-se informar como se comportam os dados coletados e tabulados conforme os objetivos do trabalho.

Esta pesquisa possui ainda características qualitativas por tratar-se de interpretações e análises feitas pela autora, com intuito de informação. Concorde Neves (1996, p.01) ao citar ser um “conjunto de técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar componentes de um sistema complexo de significados.”

Será realizada uma análise documental, na qual os dados obtidos serão analisados e organizados de acordo com os objetivos da pesquisa, buscando informar seu real comportamento.

Por fim, este estudo tem caráter descritivo, quanto aos seus objetivos propostos, uma vez que, segundo Barros e Lehfeld (2000), o pesquisador apresenta os objetivos da pesquisa, procurando descrever e demonstrar como um determinado fenômeno ocorre, quais são suas características e relações com outros fenômenos.

3.2 AMOSTRA

O estudo começa com a pesquisa e apresentação dos dados retirados de Balanços Patrimoniais e Notas Explicativas do ano de 2008 das cem maiores empresas brasileiras, assim classificadas conforme o portal virtual da Revista Exame, baseado em seus Patrimônios Líquidos. As informações retiradas das demonstrações foram encontradas no site da BOVESPA. Desta amostra, foram desconsideradas vinte e uma entidades do segmento financeiro como bancos, bolsas de valores, financeiras e seguradoras, totalizando setenta e nove empresas sujeitas ao Pronunciamento Técnico nº 25 para a divulgação de suas contingências.

3.3 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Serão apresentadas tabelas (expostas no apêndice) com os dados necessários para realização desta pesquisa de modo que se possam realizar observações críticas, permitindo identificar quais empresas reconheceram em suas Demonstrações Contábeis as contingências conforme prevê o CPC 25, e, conseqüentemente, identificar quais os tipos de contingências encontrados e qual a influência destas sobre os respectivos Patrimônios Líquidos.

Na tabela 01 são apresentadas as exigências feitas pelo CPC 25 com relação às divulgações a serem realizadas pelas empresas quanto as suas contingências, e

foi estruturada da seguinte maneira: primeiramente apresenta as informações que as empresas devem divulgar para cada classe de provisões realizadas; posteriormente as informações necessárias a serem divulgadas com relação aos passivos contingentes e por fim, evidencia quais informações necessitam de divulgação no que tange aos ativos contingentes.

Com base nas informações a serem divulgadas, conforme solicita o CPC 25, constantes na tabela 01 e nas informações contidas nas demonstrações contábeis das empresas, será feita a averiguação do modo de evidenciação das contingências, com o intuito de verificar se as exigências constantes na tabela 01 estão sendo exercidas. A tabela 01 será apresentada a seguir para efeitos de elucidação.

Tabela 1: Relação das exigências feitas pelo CPC 25 para divulgação das contingências

DIVULGAÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS EM NOTAS EXPLICATIVAS CONFORME O CPC 25
VERIFICAR SE, PARA CADA CLASSE DE PROVISÃO A ENTIDADE DIVULGOU:
1) O valor contábil no início e no fim do período;
2) Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;
3) Valores utilizados (ou seja, incluídos e baixados contra a provisão) durante o período;
4) Valores não utilizados revertidos durante o período;
5) O aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto;
6) Uma breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes;
7) Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas;
8) O valor de qualquer reembolso esperado.
VERIFICAR SE, PARA CADA CLASSE DE PASSIVO CONTINGENTE A ENTIDADE DIVULGOU:
9) Uma breve descrição da natureza do passivo contingente;
10) A estimativa do seu efeito financeiro (quando praticável);
11) A indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída;
12) A possibilidade de qualquer reembolso;
13) O fato da impossibilidade de qualquer informação que não possa ser divulgada (caso ocorra).
VERIFICAR SE, PARA CADA CLASSE DE ATIVO CONTINGENTE A ENTIDADE DIVULGOU:
14) Uma breve descrição da natureza do ativo contingente;
15) A estimativa do seu efeito financeiro (quando praticável).

Tabela 01: Divulgação das contingências em Notas Explicativas conforme o CPC- 25
 Fonte: Elaborado pela autora com base no CPC-25

Para atender o objetivo geral, a tabela 10, apresentada no apêndice A, demonstra as empresas analisadas e quais quesitos da tabela 01 divulgaram em suas Demonstrações Contábeis, conforme se observa a seguir. Quando houver o símbolo “X”, significa que a empresa divulgou tal informação, caso contrário não haverá marcação alguma. Os quinze itens demonstrados na tabela do apêndice A, enumerados de 1 a 15, representam os requisitos solicitados pelo CPC 25 para divulgação elencados na tabela 01.

Visando o atendimento dos objetivos específicos, são demonstrados os dados necessários para as análises em outras quatro tabelas. Na tabela 11, disposta no apêndice B, são evidenciados os valores provisionados em balanço patrimonial e os valores não provisionados encontrados nas notas explicativas das empresas estudadas.

Na tabela 12, apresentada no apêndice C, são demonstrados os dados contingenciais que serão analisados e comparados com os patrimônios líquidos das entidades, visando verificar o quanto tais contingências representariam para as empresas caso estas se concretizem futuramente.

E, finalmente, nas tabelas 13 e 14, constantes nos apêndices D e E respectivamente, são demonstrados os principais tipos de passivos e ativos contingentes respectivamente encontrados nas demonstrações contábeis, em função da natureza de cada contingência citas no CPC 25.

4 ANÁLISES DOS RESULTADOS

Com base no CPC 25, as empresas devem divulgar certas informações relativas às contingências em suas notas explicativas, bem como as provisões para contingências devem ser registradas no balanço patrimonial.

Neste estudo, visando atingir os objetivos geral e específicos, foram realizados levantamentos de dados sobre as contingências nos demonstrativos contábeis das maiores empresas brasileiras e serão demonstrados e analisados no presente capítulo.

4.1 ANÁLISES DAS DIVULGAÇÕES REALIZADAS

Das cem maiores empresas analisadas, foram excluídas as entidades do setor financeiro, restando setenta e nove empresas. Destas, dezesseis não possuem contingências passivas nem ativas divulgadas em suas notas explicativas, e, apenas uma destas não possui ainda provisões para contingências. Desta maneira, setenta e oito empresas possuem informações sobre contingências a serem divulgadas, seja como provisão ou como passivo ou ativo contingente, ou todos estes.

O quadro a seguir demonstra os passos seguidos a partir da amostra para atingir o número de empresas estudadas e a quantidade de empresas que possuíam provisões, passivos e ativos contingentes em suas demonstrações financeiras de 2008:

Quadro 7: Dados gerais sobre as empresas pesquisadas

Amostra de empresas de capital aberto	100
(-) Empresas do setor financeiro	21
(=) Empresas estudadas	79
Empresas que registraram Provisões para Contingências	76
Empresas que divulgaram Passivos Contingentes	63
Empresas que divulgaram Ativos Contingentes	12

Fonte: Elaborado pela autora com base nos estudos realizados.

4.1.1 Análises Das Divulgações Sobre As Provisões Para Contingências

De acordo com o CPC 25, com relação às provisões para contingências as entidades devem divulgar as seguintes informações, conforme a tabela 01:

Tabela 01: Relação das exigências feitas pelo CPC 25 para divulgação das contingências

DIVULGAÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS EM NOTAS EXPLICATIVAS CONFORME O CPC 25
VERIFICAR SE, PARA CADA CLASSE DE PROVISÃO A ENTIDADE DIVULGOU:
01) O valor contábil no início e no fim do período;
02) Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;
03) Valores utilizados (ou seja, incluídos e baixados contra a provisão) durante o período;
04) Valores não utilizados revertidos durante o período;
05) O aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto;
06) Uma breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes;
07) Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas;
08) O valor de qualquer reembolso esperado.

Tabela 01: Divulgação das contingências em Notas Explicativas conforme o CPC- 25
 Fonte: Elaborado pela autora com base no CPC-25

Desta maneira, no apêndice A desta pesquisa, na tabela 10, serão demonstradas as setenta e nove empresas analisadas, e, com base em suas Notas Explicativas e Balanços Patrimoniais, as divulgações que cada uma realizou em suas demonstrações conforme preconiza o CPC 25 quanto às provisões para contingências. Os espaços em branco significam as informações que não foram divulgadas.

Após a análise das informações apresentadas das divulgações exigidas pelo CPC 25 sobre as provisões contingenciais, percebe-se inicialmente que das setenta e nove entidades, apenas duas (OGX Petróleo e MPX Energia) não divulgaram

nenhum dado relativo à provisão para contingências. Desta maneira, restam setenta e sete empresas para esta análise, porém para fins de comparação e cálculo de proporções, serão consideradas as setenta e nove empresas como o todo, ou seja, cem por cento, pois todas fazem parte da amostra.

Quanto ao primeiro quesito solicitado pelo CPC 25 a ser divulgado, nota-se que apenas três entidades não divulgam os valores contábeis iniciais e finais de suas provisões para contingências. Esta é a informação mais divulgada dentre as entidades analisadas, das setenta e nove, setenta e seis demonstraram, o que significa que aproximadamente 96% das empresas cumprem com esta solicitação do pronunciamento técnico 25.

Posteriormente, com relação aos valores adicionais realizados como novas provisões ou às provisões já existentes, vinte e três o deixaram de fazer, ou seja, 71% das empresas analisadas divulgaram de acordo com a norma suas adições em 2008.

O próximo item o qual se espera ser divulgado acerca das provisões para contingências, são os valores baixados durante o período analisado. Com relação a este item, observa-se que trinta e três empresas não o divulgaram. Assim, as quarenta e seis entidades que observaram o disposto no CPC 25 equivalem a 58% das empresas analisadas.

Na seqüência, o CPC 25 afirma que devem ser divulgados os valores não utilizados que foram revertidos durante 2008. Das empresas em questão, quarenta e cinco descumpriram o que preconiza o pronunciamento, totalizando 43% as empresas que observaram este item de divulgação.

Em seguida, foram analisadas quais empresas divulgaram nas suas demonstrações contábeis o aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto. Verifica-se que cinquenta empresas não divulgaram qualquer atualização ou fizeram menção à mudança na taxa de desconto, assim conclui-se que apenas 37% das empresas fizeram estas divulgações.

Posteriormente, o CPC 25 solicita que sejam divulgadas uma breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes. Das empresas analisadas, sessenta e quatro divulgaram ao menos uma destas informações, o que significa 81% das entidades analisadas.

Com relação ao item 07 das divulgações a serem realizadas conforme aconselha o CPC 25, verifica-se que vinte e sete entidades deixaram de informar nas notas explicativas uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma das saídas acerca das provisões contingenciais. Esta indicação pode ser observada na maioria das notas explicativas no momento em que as empresas descrevem acerca das estimativas de um modo geral e quando comentam sobre as contingências, como cita a Gerdau S.A. em um trecho de suas notas explicativas de 2008:

A Administração acredita, **baseada na opinião de seus consultores legais**, que a provisão para contingências é suficiente para cobrir perdas prováveis e **razoavelmente estimáveis** decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia em 31/12/2008. (Notas Explicativas Gerdau S.A., 2008. Grifo nosso)

As demais cinqüenta e duas entidades que cumprem com esta recomendação do pronunciamento técnico nº 25 perfazem um total de 66% da amostra de empresas estudadas.

E por fim, quanto às provisões para contingências, o CPC 25 solicita que seja divulgado o valor de qualquer reembolso esperado. Porém como se percebe na tabela 10, nenhuma das setenta e nove empresas analisadas divulgou tal informação em suas notas explicativas.

Verifica-se na tabela a seguir a síntese do disposto na tabela do apêndice A sobre a divulgação exigida pelo CPC 25 acerca das provisões para contingências:

Tabela 2: Síntese das análises acerca das provisões contingenciais

	Valor inicial e final	Adições	Baixas	Reversões	Atualizações Taxa desconto	Descrição natureza	Indicação incertezas	Reembolso
Empresas que divulgaram	76	56	46	34	29	64	52	0
Percentual	96%	71%	58%	43%	37%	81%	66%	0%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados levantados a partir das tabelas 01 e 10

Verifica-se como destaque que a maioria das empresas divulgou valores inicial e final das provisões, informações estas que podem ser obtidas em balanço patrimonial. No entanto nenhuma empresa evidenciou informações acerca de reembolsos, talvez por ser uma política pouco utilizada ou conhecida no Brasil.

4.1.2 Análises Das Divulgações Sobre os Passivos Contingentes

Da mesma maneira com que as provisões estão necessitadas de certas divulgações, os passivos contingenciais também são requeridos para divulgação de algumas informações pertinentes com finalidade de manter as demonstrações financeiras das entidades com nível elevado de confiabilidade e demonstrando a realidade da empresa. E, da mesma forma que foram analisadas as provisões, as contingências passivas das empresas elencadas serão estudadas separadamente.

Os passivos contingentes são contas que devem ser observadas com maior atenção pela administração das entidades, uma vez que seus valores são incertos por se tratarem de estimativas. Assim, todas as informações relevantes devem ser divulgadas para que os passivos contingentes transpassem o maior grau da realidade econômica vivenciada pela entidade. Portanto, conforme o CPC 25, com relação aos passivos contingentes, as entidades devem divulgar as seguintes informações, conforme a tabela 01:

Tabela 01: Relação das exigências feitas pelo CPC 25 para divulgação das contingências

DIVULGAÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS EM NOTAS EXPLICATIVAS CONFORME O CPC 25
VERIFICAR SE, PARA CADA CLASSE DE PASSIVO CONTINGENTE A ENTIDADE DIVULGOU:
09) Uma breve descrição da natureza do passivo contingente;
10) A estimativa do seu efeito financeiro (quando praticável);
11) A indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída;
12) A possibilidade de qualquer reembolso;
13) O fato da impossibilidade de qualquer informação que não possa ser divulgada (caso ocorra).

Tabela 01: Divulgação das contingências em Notas Explicativas conforme o CPC- 25
Fonte: Elaborado pela autora com base no CPC-25

Desta forma, estão apresentadas no apêndice A as setenta e nove empresas analisadas, e, com base em suas Notas Explicativas e Balanços Patrimoniais, as divulgações que cada uma realizou em suas demonstrações no exercício financeiro de 2008, conforme recomenda o CPC 25 quanto aos passivos contingentes.

Com base nos dados da tabela 10 (apêndice A) sobre os passivos contingentes, percebe-se que dezesseis empresas não registraram nenhuma informação solicitada pelo pronunciamento técnico nº 25 em suas demonstrações contábeis do exercício de 2008. Estas entidades representam 22% das empresas estudadas.

Quanto ao disposto no CPC 25 no que tange aos passivos contingentes, conforme mencionado na tabela 01, primeiramente em seu item 09, as entidades devem divulgar uma breve descrição da natureza do passivo contingente. Desta maneira, ao verificar a tabela 10, percebe-se que das setenta e nove empresas pesquisadas, trinta e cinco deixaram de divulgar tal informação em suas notas explicativas. As quarenta e quatro empresas que divulgam a natureza das contingências passivas representam 56% das entidades analisadas.

O próximo item necessitado de divulgação, segundo o CPC 25, é o de número 10, no qual a entidade deve divulgar a estimativa do seu efeito financeiro, quando praticável. Esta indicação pode ser observada nas notas explicativas das empresas analisadas quando estas comentam acerca das estimativas que são realizadas conforme se percebe nas demonstrações financeiras da Petrobrás:

Com base na opinião dos advogados, a Companhia não espera obter decisão final desfavorável nesse processo. Caso a situação não seja revertida, a indenização **estimada** à Petroquisa, incluindo atualização monetária e juros, seria de R\$ 13.679.734 mil em 31 de dezembro de 2008. (Notas Explicativas Petrobrás, 2008. Grifo nosso)

Através da análise dos dados contidos na tabela 10, observa-se que não cumpriram com o disposto neste quesito dezoito empresas, ou seja, as sessenta e uma empresas que cumpriram o recomendado pelo pronunciamento em questão representam 77% do total das entidades observadas.

Na seqüência, é solicitado pela norma estudada, que as empresas divulguem a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída. Esta indicação pode ser verificada em algumas notas explicativas das empresas analisadas quando estas comentam acerca das estimativas que são realizadas ou mesmo no momento em que se demonstram as contingências como se percebe nas notas da empresa de energia Eletropaulo:

O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de **estimativas** contábeis. Essas estimativas foram efetuadas com base no **juízo da administração** sobre as informações disponíveis para a **determinação do valor** adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. (Notas explicativas – Eletropaulo, 2008. Grifo nosso)

Observa-se a partir da tabela do apêndice A, sobre as divulgações exigidas pelo CPC 25, que trinta empresas não divulgaram ao menos uma das informações solicitadas pelo item nº 11. As quarenta e nove empresas que divulgaram este disposto totalizam 62% das entidades pesquisadas da amostra.

Posteriormente, são solicitadas as divulgações sobre a possibilidade de qualquer reembolso, as quais observando os dados expostos na tabela 10, nenhuma empresa o fez, ou seja, 0% das empresas reconheceu este item em suas notas explicativas.

Finalmente, o último item relacionado aos passivos contingentes recomendado a ser divulgado é o fato da impossibilidade de qualquer informação não poder ser divulgada, caso ocorra. Sobre este item percebe-se que apenas quatro fizeram algum tipo de comentário explicando o porquê da impossibilidade de divulgar alguma informação pertinente. Estas empresas representam 5% do total das empresas pesquisadas.

Verifica-se na tabela a seguir a síntese do disposto na tabela 10 sobre a divulgação exigida pelo CPC 25 acerca das contingências passivas:

Tabela 3: Síntese das análises acerca das contingências passivas

	Descrição natureza	Estimativa efeito financeiro	Indicação incertezas	Reembolso	Impossibilidade Divulgação
Empresas que divulgaram	44	61	49	0	4
Percentual	56%	77%	62%	0%	5%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados levantados a partir das tabelas 01 e 10.

De acordo com as informações acima, percebe-se o possível interesse das companhias em divulgar os efeitos financeiros de seus passivos contingentes, visto ser esta uma informação de grande utilidade aos seus usuários. Mesmo sendo valores que demonstram uma possível perda para as entidades, estas demonstram a realidade vivenciada quanto às contingências. Outro item que obteve destaque foi a não divulgação acerca de reembolsos por todas as entidades, assim como nas provisões.

4.1.3 Análises Das Divulgações Sobre os Ativos Contingentes

Os ativos contingentes são o último grupo de análise feita separadamente da tabela 10, na qual estão demonstrados os dados retirados das notas explicativas das maiores empresas brasileiras acerca das informações relevantes solicitadas pelo CPC 25 para serem divulgadas por estas empresas.

Os ativos contingentes, assim como as contingências passivas, também devem ser analisados com bastante atenção ao serem divulgados e estimados quando possível, pois ao contrário do passivo, um ativo contingente pode representar um ganho inesperado para a empresa que vai refletir no futuro diretamente no Patrimônio Líquido destas entidades. Portanto, todas as informações relevantes relativas aos ativos contingentes devem ser divulgadas para que as demonstrações contábeis evidenciem o maior grau de transparência e confiabilidade a realidade econômica da entidade conforme os Princípios Fundamentais, principalmente o da Prudência.

Assim, conforme o CPC 25, com relação aos ativos contingentes, as entidades devem divulgar as seguintes informações, conforme a tabela 01:

Tabela 01: Relação das exigências feitas pelo CPC 25 para divulgação das contingências

DIVULGAÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS EM NOTAS EXPLICATIVAS CONFORME O CPC 25
VERIFICAR SE, PARA CADA CLASSE DE ATIVO CONTINGENTE A ENTIDADE DIVULGOU:
14) Uma breve descrição da natureza do ativo contingente;
15) A estimativa do seu efeito financeiro (quando praticável).

Tabela 01: Divulgação das contingências em Notas Explicativas conforme o CPC- 25
Fonte: Elaborado pela autora com base no CPC-25

Desta forma, as setenta e nove empresas analisadas foram elencadas na tabela 10 disposta do apêndice A, e, com base em suas Notas Explicativas e Balanços Patrimoniais, as divulgações que cada uma realizou em suas demonstrações no exercício financeiro de 2008, conforme recomenda o CPC 25 quanto aos ativos contingentes.

Conforme os dados contidos na tabela do apêndice A, observa-se que das setenta e nove empresas pesquisadas apenas dez possuíam ou divulgaram alguma informação acerca dos ativos contingentes. Verifica-se ainda que das dez entidades, apenas uma divulgou uma informação das duas exigidas pelo CPC 25, ou seja, as demais nove divulgaram todas as informações solicitadas.

As dez entidades que divulgaram o item 14 da tabela 01, ou seja, uma breve descrição da natureza do ativo contingente, representam 13% das empresas estudadas, e, as nove entidades que divulgaram as estimativas do efeito financeiro do ativo, representam 11% do total das empresas analisadas.

Desta forma, resume-se a ocorrência dos ativos contingentes nas maiores empresas brasileiras da seguinte maneira:

Tabela 4: Síntese das análises acerca das contingências ativas

	Descrição natureza	Estimativa efeito financeiro
Empresas que divulgaram	10	9
Percentual	13%	11%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados levantados a partir das tabelas 01 e 10.

Observa-se que, dentre as doze empresas possuidoras de tal ativo, dez ou 83% deste total preocuparam-se em divulgar a natureza das contingências ativas e 9 (75%) divulgaram uma estimativa de valores. Assim, percebe-se, como no caso dos passivos contingentes, o interesse das entidades em demonstrar para seus usuários o comportamento dos ativos contingentes, ou seja, um provável ganho e aumento do patrimônio conseqüentemente.

4.2 ANÁLISES DOS VALORES PROVISIONADOS E NÃO PROVISIONADOS

Conforme a tabela 11, contida no apêndice B, são evidenciados os valores divulgados pelas empresas estudadas acerca das provisões, passivos e ativos contingentes.

Dentre as informações desta tabela, nota-se inicialmente que algumas empresas não divulgaram os valores estimados de suas contingências, ou porque não as possuíam realmente ou por outro motivo, como se percebe na tabela 11 na cor lilás. Assim, a análise dos dados será realizada com base nas empresas que os divulgaram para fins de comparação. Os valores em tom salmão são os maiores enquanto que os verdes, os menores.

Com relação às provisões para contingências percebe-se que a companhia Siderúrgica Nacional destaca-se por possuir 2,5 bilhões de reais provisionados em seu balanço patrimonial, seguida da empresa de telecomunicações Telenorte com provisão de 1,9 bilhões e a Vale com o valor de 1,7 bilhões de reais. Os menores valores provisionados como contingências foram encontrados nas demonstrações da companhia Coteminas com apenas 3 mil reais, a empresa Springs com montante de 97 mil e a Cyrela Realty com valor provisionado de 801 mil reais.

Quanto aos ativos contingentes, em análise dos dados retirados das notas explicativas das maiores empresas brasileiras, verifica-se de princípio que a companhia BRF Foods informou que possui este tipo de ativo, porém não divulgou seu valor estimado. Desta forma, das empresas que o fizeram, ganha destaque a Petrobrás com R\$ 2,1 bilhões estimados em notas explicativas, seguida da empresa aérea TAM com o montante de 941 milhões e a Cosan com o valor estimado nas demonstrações contábeis de 636 milhões de reais. Os menores valores com relação aos ativos contingentes foram divulgados pela Brasil Telecom no valor de R\$ 18 milhões, a empresa de energia Celpe com o montante de R\$ 16 milhões e por fim a Duratex com 11 milhões de reais.

No que tange aos passivos contingentes, observa-se que as empresas que se destacam por terem divulgado valores elevados de tal passivo são a Petrobrás com 17 bilhões de reais, a empresa de telefonia Telenorte com o valor de R\$ 11 bilhões e a companhia Siderúrgica Nacional com o montante de 5,9 bilhões de reais. Os menores valores foram estimados nas notas explicativas da empresa de energia

MPX com o valor de 500 mil reais, a MRV com R\$ 3 milhões e a construtora Rossi Residencial com o montante de R\$ 5,4 milhões.

A tabela a seguir sintetiza a análise realizada sobre as três maiores empresas que se destacaram dentre empresas analisadas, quanto aos maiores e menores valores encontrados acerca das provisões para contingências, passivos e ativos contingentes.

Tabela 5: Síntese das análises acerca dos valores das contingências (reais)

	Provisões para Contingências		Ativos Contingentes		Passivos Contingentes	
	Empresa	Valor	Empresa	Valor	Empresa	Valor
Maiores valores encontrados	Sid. Nacion.	R\$ 2,5 bi	Petrobrás	R\$ 2,1 bi	Petrobrás	R\$ 17 bi
	Telenorte	R\$ 1,9 bi	Tam	R\$ 941mi	Telenorte	R\$ 11 bi
	Vale	R\$ 1,7 bi	Cosan	R\$ 636mi	Sid. Nacion	R\$5,9 bi
Menores valores encontrados	Cyrela Realt	R\$ 801 mil	Brasil Teleco	R\$ 18 mi	Rossi Resid	R\$ 5,4 mi
	Springs	R\$ 97 mil	Celpe	R\$ 16 mi	MRV	R\$ 3 mi
	Coteminas	R\$ 3 mil	Duratex	R\$ 11 mi	MPX Energ	R\$500mil

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados levantados a partir da tabela 11.

No que tange aos valores em destaque das contingências visualizados na tabela acima, observa-se que há bastante diferença entre os montantes. Tal fato demonstra possivelmente a diferença do porte entre as entidades, ou seja, as maiores empresas possuem maiores montantes. Outro fator que pode influenciar é a atividade que as empresas exercem, pois entidades que visam extração de bens naturais estão mais passíveis de sofrerem com ações para reparos de danos ambientais, por exemplo.

4.3 ANÁLISES DAS CONTINGÊNCIAS VERSUS PATRIMÔNIOS LÍQUIDOS

4.3.1 Análise do Passivo Contingente *versus* PL

Com base na tabela 12 disposta no apêndice C, acerca dos passivos contingentes, quando comparados com os seus respectivos Patrimônios Líquidos, verifica-se que das setenta e nove empresas estudadas:

- Dezesesseis não possuem contingências passivas divulgadas em notas explicativas;
- Cinco empresas (Telenorte, Eletropaulo, Tam, Celpe e Ampla) destacaram-se por possuir o passivo contingente divulgado em valor superior a 100% do PL, ou seja, com probabilidade possível de comprometerem valor maior que seus próprios Patrimônios Líquidos, caso os passivos venham a ocorrer, conforme se observa na tabela 12 em cor salmão;
- Seis entidades (Gerdau, MPX Energia, Fosfértil, MRV, Brookfield e Rossi Residencial) possuíam poucos passivos contingentes, os quais quando comparados aos seus respectivos PL, representaram menos de 1% do Patrimônio, conforme observado em tonalidade verde na tabela do apêndice C;
- Das cinquenta e duas empresas restantes, verifica-se que vinte ainda possuíam passivos contingenciais pequenos quando comparados aos PL, que representam menos de 10% do mesmo, porém mais de 1%, conforme valores destacados em amarelo;
- Vinte e oito entidades tiveram seus passivos contingentes comparados aos Patrimônios Líquidos até 50% e maior que 10% do PL, conforme se verifica na tabela 12 em tom cor de rosa; e
- Conforme os valores destacados na tabela 12 em azul, apenas quatro entidades (Siderurgia Nacional, Brasil Telecom, All Amer. Laticínios e Klabin) possuem mais de 50% e menos de 100% sua proporção de passivos contingentes em relação aos seus Patrimônios Líquidos;

Desta maneira, o quadro abaixo demonstra de forma resumida todas as informações destacadas acima:

Tabela 6: Síntese das análises acerca dos valores dos passivos contingentes em relação ao Patrimônio Líquido

Percentual PL/ Passivo contingente	<1%	≥1% e <10%	≥10% e <50%	≥50% e <100%	≥100%
Quantidade de empresas	6	20	28	4	5

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados retirados da tabela 12.

Baseado nas informações da tabela acima é relevante ressaltar que a maioria das entidades possuem valores de passivos contingentes entre 10% e 50% do valor de seus patrimônios líquidos, resultado este já considerável, porém como destaque, observou-se o fato de cinco empresas possuírem mais passivos contingentes que seus próprios patrimônios líquidos, informação esta preocupante para tais entidades que devem se precaver para evitar um passivo a descoberto, caso estas contingências se concretizem futuramente.

4.3.2 Análise do Ativo Contingente *versus* PL

Conforme as informações demonstradas na tabela 12, com relação aos ativos contingentes, percebe-se inicialmente que poucas empresas o possuíam ou divulgaram em suas Notas Explicativas de 2008. Das setenta e nove empresas analisadas, apenas doze fizeram divulgações acerca de seus ativos contingenciais, sendo que a empresa BRF Foods não divulgou estimativa de valores, apenas informou possuir tal ativo. Esta tabela com os respectivos valores está demonstrada no apêndice C.

Com relação às onze empresas divulgadoras deste ativo, a empresa de transporte aéreo TAM destacou-se por possuir em torno de 66% do valor do seu Patrimônio Líquido de ativos contingentes divulgados em notas explicativas, conforme é demonstrado na tabela 12 na cor verde. Segundo citado nas notas da TAM, os três motivos que levaram a divulgar ativos contingentes são:

- a) No período de maio de 1989 a maio de 1994, foram efetuados recolhimentos de ICMS considerados indevidos em virtude de inconstitucionalidade da lei que os exigiu...;
- b) A TLA impetrou ação judicial contra a União, pleiteando indenização pela quebra do equilíbrio econômico-financeiro de seu contrato de concessão de transporte aéreo, por insuficiência tarifária.
- c) Em 2001, a TLA interpôs uma ação ordinária com pedido de tutela antecipada na qual se discute a legalidade da cobrança do adicional de tarifas aeroportuárias, que incide à alíquota de 50% sobre o valor das tarifas... (Notas Explicativas empresa TAM Linhas Aéreas, 2008).

Como mostra a tabela 12, seguida da TAM, aparece a empresa Cosan com pouco mais de 18%, e a empresa Confab com ativos contingentes que representam 6,51% do PL desta empresa, conforme destacado em amarelo.

Posteriormente as demais empresas possuem uma relação de menos de 5% dos ativos contingentes quando comparados aos seus respectivos patrimônios Líquidos, ou seja, possuem ativos contingentes com probabilidade provável, e que, se e somente se, se tornarem certos, ou seja, sem direito a recursos, tais entidades poderiam adquirir um ganho em torno de 5% do seu PL como uma contingência ativa. Estas empresas estão representadas pela cor lilás na tabela do apêndice C.

Estas informações estão resumidamente demonstradas na tabela abaixo:

Tabela 7: Síntese das análises acerca dos valores dos ativos contingentes em relação ao Patrimônio Líquido

Percentual PL/ Ativo contingente	Não analisada	≥50%	≥5% e <50%	< 5%
Quantidade de empresas	1	1	2	8

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados retirados da tabela 12.

Quanto às informações na tabela acima, percebe-se inicialmente que a maioria das empresas divulgadoras de ativos contingentes têm valores destes ativos menor que 5% apenas de seus patrimônios líquidos, porém o destaque é que apenas uma empresa (TAM), possui montante de ativos contingentes acima de 50% o valor de seu patrimônio líquido. Esta mesma empresa faz parte do grupo das cinco entidades com passivos contingentes acima do montante de patrimônio líquido. Desta forma, esta é a única entidade que embora possua valor de passivo contingente elevado, possui também elevado montante de ativo contingente.

4.4 ANÁLISES DOS TIPOS DE PASSIVOS CONTINGENTES ENCONTRADOS

Com base na tabela 13 disposta no apêndice D, sobre os tipos de passivos contingentes encontrados em notas explicativas das empresas analisadas, percebe-se inicialmente que das setenta e nove entidades, dezesseis entidades não divulgaram seus passivos em 2008. Das sessenta e três entidades restantes observa-se ainda, conforme a tabela 13, que nenhuma divulgou passivos contingentes dos tipos garantias, contratos onerosos, reembolsos e reestruturação.

Conforme observado na tabela 13, os tipos de passivos contingentes que foram divulgados pelas empresas analisadas foram os processos judiciais Fiscais/ Tributários, Trabalhistas/ Previdenciários, Ambientais e os Cíveis. Embora nem todas as empresas tenham divulgado quantos processos de cada tipo estavam sofrendo na ocasião (conforme está representado como “X” na tabela 13), todas as sessenta e três divulgaram os valores estimados dos seus passivos contingentes.

Das empresas que divulgaram seus passivos contingentes verifica-se que:

- Cinquenta e nove entidades possuíam contingências Fiscais/ Tributárias, conforme verificado nas notas explicativas da Ambev:

A Companhia possui diversos processos administrativos e judiciais referentes aos tributos de ICMS e IPI. Estes processos apresentam vários motivos, dentre os quais compensações, cumprimento de liminares judiciais para não recolhimento de imposto, creditamentos, entre outros. (Notas Explicativas empresa Ambev, 2008).

- Dez empresas divulgaram passivos ambientais;
- Quarenta e seis entidades receberam e divulgaram ações judiciais do tipo Trabalhistas/ Previdenciárias;
- Cinquenta e quatro empresas possuíam contingências passivas cíveis.

A síntese destas informações encontra-se na tabela abaixo:

Tabela 8: Síntese das análises acerca dos tipos de passivos contingentes

Tipos Contingências	Fiscal Tributária	Ambiental	Trabalhista Previdenciária	Cível
Quantidade de empresas	59	10	46	54

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados retirados da tabela 13.

A maioria dos casos de passivos foi do tipo fiscal, principalmente em função de pagamentos errôneos de impostos, os quais são reivindicados pelo Governo, seguidos dos tipos cíveis, trabalhistas e ambiental, em menores proporções.

4.5 ANÁLISES DOS TIPOS DE ATIVOS CONTINGENTES ENCONTRADOS

Com base na tabela 14 (apêndice E), em que são apontados os tipos de ativos contingentes encontrados nas Notas Explicativas das empresas estudadas, pode-se observar que das doze entidades que possuíam ou divulgaram tais ativos:

- Onze divulgaram ativos contingenciais do tipo Fiscal/ Tributário;
- Três possuíam ativos Cíveis, conforme se observa nas Notas da Cosan:

[...] possui ações indenizatórias movidas contra a União, reivindicando indenização em virtude de os preços de seus produtos, à época em que o setor estava submetido ao controle governamental, terem sido impositivamente fixados de forma incompatível com a realidade do setor criada pelo próprio controle do governo. (Notas Explicativas da empresa Cosan, 2008).

- Nenhuma empresa divulgou informações sobre ativos ambientais e do tipo Trabalhista/ Previdenciário.

Estas informações acerca dos tipos de ativos contingentes estão resumidas na tabela a seguir:

Tabela 9: Síntese das análises acerca dos tipos de ativos contingentes

Tipos Contingências	Fiscal Tributária	Ambiental	Trabalhista Previdenciária	Cível
Quantidade de empresas	11	0	0	3

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados retirados da tabela 14.

Por fim, observa-se quanto as contingências ativas, as entidades divulgaram apenas possuir dos tipos fiscal e cível, verificando maior incidência do tipo fiscal, como acontece com as contingências passivas. Este fato provavelmente deve-se às possíveis mudanças nas leis dos impostos, o que faz com que as entidades os paguem indevidamente e posteriormente garantem o direito de ressarcimento.

5 CONCLUSÃO

As contingências, em função de seu caráter impreciso, devem ser analisadas com cautela no momento de sua ocorrência, ou seja, do seu fato gerador, e observadas pela administração as probabilidades de ocorrência das mesmas para então proceder com o devido tratamento contábil.

Na contabilidade brasileira, as contingências são tratadas pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 19.7 as quais são correlacionadas à Norma Internacional da Contabilidade IAS 37 que também relata acerca das contingências.

De acordo com o CPC 25, as contingências podem representar um ganho ou uma perda para a entidade. As contingências são classificadas e evidenciadas conforme a probabilidade de sua ocorrência. Assim, para as contingências ativas, deve-se primeiramente respeitar o Princípio da Prudência, e, por este motivo não são provisionadas, e sim divulgadas em Notas Explicativas quando possuírem grandes chances de ocorrência, classificada como provável. Se esta probabilidade for possível (probabilidade menos que provável) ou remota, nada deve ser feito com este ativo contingente.

No caso dos passivos contingentes, estes são denominados como “provisão para contingências”, no momento em que for julgado possuírem probabilidade provável de acontecer, e conseqüentemente são provisionados em Balanço Patrimonial em contrapartida à Demonstração do Resultado. Caso a probabilidade de ocorrência seja possível, trata-se de um “passivo contingente” e é apenas divulgado em Notas Explicativas conforme prevê o CPC 25. Por fim, se as chances de concretização forem remotas, estes passivos não necessitam de divulgação.

É importante salientar que uma provisão difere-se de reservas para contingências por já terem seu fato gerador ocorrido, enquanto que a reserva é apenas um fundo para caso a contingência venha a acontecer. As provisões diferem-se ainda de uma obrigação por possuírem valor ou momento de liquidação incertos.

As contingências, tema desta pesquisa, são situações adversas por se tratarem de incertezas quanto ao seu momento de ocorrência e por possuírem valores estimados em que não se conhece seu efeito financeiro, além de não

estarem sob controle total da entidade uma vez que sua confirmação fica limitada à realização de um evento futuro incerto.

Os problemas observados para esta pesquisa foram a dificuldade de evidenciação destas contingências justamente por serem situações dúbias no cotidiano das empresas, e, o fato de estas estarem em um período de adaptação às Normas Internacionais da Contabilidade. Como justificativa do estudo, buscou-se demonstrar a importância deste assunto não só às administrações das entidades objetos de análise, mas também aos usuários de suas demonstrações financeiras, pois as contingências influenciam diretamente no patrimônio de entidades podendo levá-las até à falência caso não sejam devidamente contabilizadas.

Para atingir aos objetivos desta pesquisa, foi utilizado o CPC 25 como base para análise dos resultados. Desta forma, de acordo com a metodologia utilizada, foram pesquisadas as contingências nas demonstrações contábeis de 2008 das cem maiores empresas do Brasil, conforme seus respectivos patrimônios líquidos classificados pela Revista Exame. Desta amostra foram retiradas as entidades do setor financeiro restando setenta e nove empresas para o estudo proposto.

Atendendo aos objetivos desta pesquisa, foram observadas como foram evidenciadas as contingências nas empresas estudadas, e, pôde-se perceber que estas as evidenciam de acordo com as normas brasileiras e internacionais, ou seja, conforme a probabilidade de ocorrência da contingência, em balanços patrimoniais e notas explicativas.

Para alcançar os objetivos específicos, foi verificado se as empresas divulgaram em suas demonstrações as informações solicitadas pelo CPC 25, os principais tipos de contingências, tanto ativas quanto passivas, seus montantes, e sua representatividade quando comparadas aos seus Patrimônios Líquidos.

Assim, inicialmente foram analisados os dados obtidos com estudo sobre as divulgações realizadas pelas empresas em suas Notas Explicativas em conformidade com o preconizado pelo CPC 25.

Desta pesquisa foi observado que da amostra de setenta e nove empresas, apenas duas (OGX Petróleo e MPX Energia) não divulgaram nenhuma informação relativa à provisão para contingências, pois tais empresas não possuíam nenhum valor de contingências provisionado em seu Balanço de 2008. Outro item que se destacou foi a divulgação dos valores inicial e final das provisões, em que 96% das

empresas analisadas o fizeram. Em contrapartida, nenhuma empresa informou sobre reembolsos, talvez por ser uma prática pouco realizada no Brasil.

Com relação à divulgação dos passivos contingentes segundo solicita o CPC 25, verificou-se primeiramente que do total de empresas da amostra, dezessete não divulgaram nenhum tipo de informação relativa a tal passivo, pois dezesseis não continham passivos contingentes divulgados em suas demonstrações, apenas a empresa CCR Rodovias possuía passivo no valor estimado de R\$ 192.488.000,00, porém não divulgou as informações relativas a ele conforme solicita o CPC. Os pontos que mais se destacaram foram com relação à divulgação dos efeitos financeiros dos passivos contingentes a qual sessenta e uma empresas (77%) os divulgaram e todas as empresas, assim como no caso das provisões para contingências, deixaram de divulgar alguma informação acerca de reembolsos, talvez porque não os possuíssem realmente.

E finalizando este objetivo, em análise às divulgações feitas acerca dos ativos contingentes, observou-se que das doze empresas que informaram possuir este tipo de ativo, e os estimaram em suas notas explicativas, dez divulgaram as informações solicitadas pelo CPC 25, ou seja, as empresas Celpe e Confab deixaram de divulgar tais informações, o que representa 83% das empresas possuidoras deste ativo. Verificou-se ainda que todas as dez empresas fizeram uma descrição da natureza de suas contingências ativas e nove (75%) empresas (excluiu-se do grupo de dez, a BRF Foods) divulgaram os efeitos financeiros destas contingências.

Posteriormente, foram estudados os valores das contingências, tanto provisões, quanto ativos e passivos, divulgados pelas empresas em suas notas explicativas. Desta maneira, com relação às provisões para contingências, observou-se que as empresas que mais se destacaram foram a Siderurgia Nacional, a Telenorte e a Vale com valores provisionados respectivamente de R\$2,5, R\$1,9 e R\$1,7 bilhões de reais, enquanto que as empresas Cyrela Realty, Springs e Coteminas possuíam respectivamente R\$800, R\$97 e R\$3 mil reais provisionados em seus balanços patrimoniais. Essas diferenças significativas entre tais montantes provavelmente deriva do porte da empresa ou do ramo da atividade exercida, no qual fica mais susceptível a algumas ações judiciais específicas como dano ambiental, por exemplo, para empresas relacionadas à extração de recursos naturais.

Quanto aos valores estimados dos ativos contingentes divulgados pelas empresas pesquisadas, destacou-se a Petrobrás com o maior montante encontrado de R\$2,1 bilhões de reais, seguida pela Tam e Cosan com valores divulgados de R\$941 e R\$636 milhões de reais, respectivamente. Tais montantes em sua maioria são relativos a ações judiciais impetradas contra o governo acerca de impostos pagos indevidamente.

Finalmente, quanto aos valores divulgados acerca dos passivos contingentes, observou-se o destaque novamente da Petrobrás, acompanhada da empresa Telenorte e Siderurgia Nacional, com valores respectivos de R\$17, R\$11 e R\$5,9 bilhões, os quais da mesma forma com que ocorreu com as provisões (por serem probabilidades maiores de ocorrência), provavelmente resultam do porte da empresa ou da atividade exercida pela mesma. Em contrapartida, os menores valores encontrados nas notas explicativas quanto aos passivos contingentes foram verificados nas empresas Rossi Residencial e Celpe com montantes respectivos de R\$5,4 e R\$3 milhões de reais e principalmente na empresa de energia MPX com o valor de R\$500 mil reais.

Em observância a outro objetivo específico, foram estudados e comparados os valores evidenciados dos ativos e passivos contingentes com os respectivos patrimônios líquidos, com o intuito de verificar o quanto estas contingências representam para cada entidade. Tal estudo apontou que, com relação aos passivos contingentes, se destacaram as empresas que possuíam o valor total de passivos contingenciais superior ao valor dos seus próprios patrimônios líquidos.

Deste modo, verificou-se que cinco empresas (Ampla, Eletropaulo, Telenorte, Tam e Celpe) possuem mais de 100% dos seus PL relativos às contingências passivas, o que conclui-se que tais entidades devem atentar às suas contingências, pois uma evidenciação errônea das mesmas pode acarretar em sérias conseqüências para estas empresas, desde a falta de credibilidade das suas demonstrações financeiras aos seus usuários até mesmo levar a uma possível falência.

Com relação aos ativos contingentes, foi percebido ao longo da pesquisa, que duas empresas (Tam e Cosan) tiveram uma maior representatividade, quando comparados aos seus PL, o que significa dizer que, em um momento futuro, caso estas contingências tornem-se certas, tais empresas aumentariam seus patrimônios em valores significativos. As demais empresas que possuíam ativos contingentes

divulgados em notas explicativas, detinham montantes irrelevantes deste ativo quando comparados aos seus patrimônios líquidos.

Finalmente, o último item dos objetivos específicos foi atingido ao serem estudados os tipos de contingências evidenciados pelas entidades da amostra. Com relação a este estudo, verificou-se que não foram evidenciadas nenhuma contingência dos tipos contratos onerosos, garantias, reembolsos ou reestruturação, tipos estes exemplificados no CPC 25. Porém, observou-se que tanto para os passivos quanto ativos contingentes, predominaram-se as ações judiciais do tipo fiscal ou tributária. Para as contingências passivas observou-se ainda uma grande quantidade de contingências cíveis, as quais também foram verificadas como ativas, porém em quantidade mais reduzida. Por fim, percebeu-se ainda contingências trabalhistas e ambientais em menores proporções apenas nos casos passivos.

Desta forma encerrou-se o estudo, chegando à conclusão de um modo geral, que as contingências são parte fundamental na contabilidade das empresas analisadas. Tais entidades, dentro das suas limitações, em sua maioria cumpriu com as solicitações do CPC 25, e demonstram preocupação com o referido assunto, uma vez que pode ser observado em suas demonstrações financeiras, um grande interesse por parte das administrações de evidenciar de modo correto e detalhado suas contingências em função de seus efeitos financeiros e para transparecer aos seus usuários a real situação destas empresas.

Por fim, como esta pesquisa ficou limitada às cem maiores empresas brasileiras, e observou apenas suas demonstrações contábeis do exercício de 2008, este assunto ainda pode ser amplamente explorado a quem se interesse em futuros trabalhos na área, utilizando-se, por exemplo, de uma amostra maior de empresas, ou de determinado ramo empresarial, com diversos exercícios sociais, aprofundamento em apenas determinados tipos de contingências, entre outros.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**: Teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

BRAGA, Célia . **Contabilidade ambiental**: ferramenta para a gestão da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2008. Altera e revoga dispositivos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em 14 de outubro de 2009.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L6404consol.htm>>. Acesso em: 14 de outubro de 2009.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. . **Contabilidade ambiental**. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Jurua, 2008.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Deliberação CVM nº 489, de 03 de outubro de 2005 – Pronunciamento IBRACON NPC Nº 22: **Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas**. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos_Redir.asp?Tipo=D&File=/deli/deli489.doc>. Acesso em 07 de dezembro 2009.

_____. Ofício- Circular/ CVM/ SNC/ SEP/ nº 1/ 2005. **Orientação sobre a elaboração de Informações Contábeis pelas Companhias Abertas**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em 18 de janeiro de 2010.

_____. Parecer de Orientação 015 de 28 de dezembro de 1987. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em 18 de janeiro de 2010.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico Conceitual**: Conceitual Básico- Estrutura Conceitual Para A Elaboração E Apresentação Das Demonstrações Contábeis. Disponível em

<<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=14>>. Acesso em 09 de dezembro de 2009.

_____. **Pronunciamento Técnico nº 25:** Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. (CPC 25). Disponível em <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=43>>. Acesso em 03 de agosto de 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade 19.7:** Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2009/001180>. Acesso em 05 de agosto de 2009.

_____. **Norma Brasileira de Contabilidade 01:** Estrutura Conceitual Para A Elaboração E Apresentação Das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t1.htm>>. Acesso em: 04 de agosto de 2009.

ERNST&YOUNG; FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade:** IFRS versus Normas Brasileiras. São Paulo: Atlas, 2009.

FARIA, Ana Cristina de.; CUNHA Ivan da.; FELIPE, Yone Xavier. **Manual Prático para Elaboração de Monografias:** Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações e Teses. Petrópolis: Vozes, 2007.

FARIAS, Manoel Raimundo Santana. **Bases conceituais e normativas para reconhecimento e divulgação do passivo contingente:** um estudo empírico no setor químico e petroquímico brasileiro. 2004. Disponível em: <<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos62006/477.pdf>>. Acesso em 16 de dezembro de 2009.

FINANCIAL ACCOUNTING STATEMENT BOARD. **Statement of Financial Accounting Standards nº 05 (FAS 5):** Accounting for contingences. Disponível em: <<http://www.fasb.org/pdf/fas5.pdf>>. Acesso em 16 de janeiro de 2010.

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações:** Aplicáveis às Demais Sociedades. Diretor responsável Sérgio de Ludícibus, coordenador técnico Eliseu Martins, supervisor de equipe de trabalho Ernesto Rubens Gelbcke. – 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIOMETTI, Rodrigo. **Contingências: natureza, registro, valorização, classificação contábil e divulgação.** Disponível em:

<http://www.fiscosoft.com.br/main_index.php?home=home_artigos&m= &nx =&view_id=121669>. Acesso em 14 de fevereiro de 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Projeto de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HENDRIKSEN, Eldon S., VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**; tradução Antonio Zoratto Sanvivent. São Paulo: Atlas, 1999.

HOUAISS, Antônio; FRANCO, Francisco Manoel de Mello; VILLAR, Mauro de Sales. **HOUAISS: Grande Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

INFORMAÇÕES OBJETIVAS. **Fundos, Reservas, Provisões e Previsões**. IOB 03. 1998.

_____. **Contingências – Provisão versus Reserva**. IOB 27. 1991.

_____. **Contabilidade Internacional**: Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – Pronunciamento Técnico CPC 25 (1a parte). IOB 12. 2010.

_____. **Contabilidade Internacional**: Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – Pronunciamento Técnico CPC 25 (2a parte). IOB 13. 2010.

_____. **Contabilidade Internacional**: Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – Pronunciamento Técnico CPC 25 (3a parte). IOB 14. 2010.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **International Accounting Standard nº 37 (IAS 37)**: Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets. Disponível em:
<<http://eifrs.iasb.org/eifrs/bnstandards/en/ias37.pdf>>. Acesso em 28 de julho de 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTADORES (IBRACON). **Princípios Contábeis**: Normas e Procedimentos de Auditoria. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **Normas e Procedimentos de Auditoria**. NPA 11. Disponível em:
<<http://www.ibracon.com.br/publicacoes/resultado.asp?identificador=223>>. Acesso em 14 de fevereiro de 2010.

_____. **Normas e Procedimentos de Auditoria**. NPA 09. Disponível em:
<<http://www.ibracon.com.br/publicacoes/resultado.asp?identificador=221>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2010.

_____. **Normas Internacionais de Contabilidade.** São Paulo: IBRACON/CFC, 1998.

_____. **Interpretação Técnica.** IT 02/06. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/publicacoes/resultado.asp?identificador=2402>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. . **Teoria da contabilidade.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Metodologia científica.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MOURA, Renilda de Almeida. **Princípios Contábeis aplicados à Contabilidade Governamental:** uma abordagem comparativa Brasil – Estados Unidos. 2003. Disponível em: <http://vsites.unb.br/cca/pos-graduacao/mestrado/dissertacoes/mest_dissert_014.pdf> Acesso em 16 de dezembro de 2009.

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa:** Características, Usos e Possibilidades. São Paulo. 1996. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf>>. Acesso em 13 de março de 2010.

OLIVEIRA, Antônio B. Silva. et al. **Métodos e técnicas de pesquisa em Contabilidade.** São Paulo: Saraiva, 2003.

PORTAL REVISTA EXAME. **Ranking das maiores empresas brasileiras.** Disponível em: <<http://central-do-investidor.exame.abril.com.br/Ranking.aspx>>. Acesso em 27 de junho de 2009.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2005.

TINOCO, João Eduardo Prudencio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental.** 2. ed São Paulo: Atlas, 2008.

TORNOVSKY, Miguel. **Deliberação da CVM nº 489 – Novas Regras Contábeis sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas.** 2006. Disponível em: <http://www.pinheironeto.com.br/upload/tb_pinheironeto_boletim/pdf/170407110703_Anexo_MC_7.pdf>. Acesso em: 09 de agosto de 2009.

APÊNDICE

APÊNDICE A:

Tabela 10: Relação das informações divulgadas pelas empresas com base no CPC 25

DIVULGAÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS EM NOTAS EXPLICATIVAS CONFORME CPC 25															
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Petrobrás	X	X				X	X		X	X	X			X	X
Vale	X	X	X	X	X				X		X				
Eletrobrás	X	X	X	X	X	X			X	X	X		X		
Gerdau	X	X			X	X			X	X	X		X	X	X
Ambev	X	X	X	X		X	X		X	X	X				
Usiminas	X	X	X			X			X	X	X				
Sabesp	X	X	X	X		X	X		X	X	X				
Telefônica	X					X	X		X	X	X				
Telenorte	X	X		X		X	X		X	X	X				
OGX Petro															
Embratel	X	X	X			X	X		X	X	X		X		
Vivo	X	X	X	X		X			X	X	X				
Neoenerg	X	X	X	X	X					X	X			X	X
Copel	X	X	X	X	X		X			X	X				
Cesp	X	X	X	X		X	X		X	X	X				
Tim	X	X	X			X	X		X	X	X				
Camarg. Cor	X	X	X	X	X	X	X								
Sid. Nacion	X	X	X		X	X	X			X	X				
Brasil Tel	X	X		X	X	X	X		X	X	X			X	X
JBS	X					X	X								
Embraer	X	X	X		X	X	X								
Cemig	X	X	X			X			X	X	X				
Pão Açúcar	X	X		X	X	X	X		X	X	X				
CPFL Energ	X	X	X	X	X	X	X			X	X				
Ultrapar	X	X	X		X	X	X		X	X	X			X	X
Fibria	X	X		X		X				X	X		X		
BRF Foods	X	X	X	X		X			X	X	X			X	
CTEEP	X					X	X			X	X				
Copasa	X	X	X	X		X	X		X	X	X				
Susano	X	X	X	X	X	X			X	X					
Braskem	X					X	X		X	X	X				
Energ BR	X	X	X	X		X			X	X					
Brasiliansa	X				X	X									
Cosan	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X			X	X
Eletropaulo	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X				
Tractebel	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X				

Light	X	X	X	X		X	X		X	X	X				
Marfrig	X						X			X	X				
NET	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X				
Mendes Jr.	X	X	X			X	X			X					
All Amer Lat	X					X	X		X	X	X				
Klabin	X	X	X	X	X					X	X				
Weg	X	X		X											
Ger. Paranap	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X				
Cyrela Realty	X									X					
Magnesita	X					X	X								
MPX Energia									X	X	X				
Sanepar	X					X	X								
Multiplan	X					X	X			X	X				
Fosfertil	X	X	X		X	X				X					
Hypermarcas	X	X	X							X					
GVT	X	X	X	X		X	X		X	X	X				
Br Malls	X						X		X	X	X				
Duratex	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X			X	X
Souza Cruz	X	X	X			X				X					
Celesc	X					X	X								
Coelba	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X			X	X
Gafisa	X	X	X			X	X		X	X	X				
Springs	X	X	X			X	X								
CCR Rodovias	X						X								
Whirlpool	X	X	X		X	X				X					
MRS logist	X		X			X	X		X	X	X				
MRV	X	X		X	X		X		X	X	X				
Ampla Energ	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X				
São Martinho	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X				
Brookfield	X					X	X		X	X	X				
PDG Realty	X					X	X								
Terna	X					X			X	X					
Coteminas	X	X	X			X	X								
Aes Elpa	X	X	X	X	X	X	X								
Tam	X					X			X	X				X	X
Guararapes	X	X	X				X		X	X	X				
Gol	X					X									
Celpe	X	X	X	X	X	X			X	X	X				
Grendene							X								
Confab	X	X	X			X	X			X					
Rossi Resid	X	X				X				X					
M. Dias Branc	X	X				X	X			X					
Comgas	X	X				X									

Tabela 10: Divulgação das contingências em Notas Explicativas conforme o CPC- 25
Fonte: Elaborado pela autora com base no CPC-25 e Demonstrações Contábeis das empresas.

APÊNDICE B

Tabela 11: Relação dos valores contingenciais provisionados e não provisionados

VALORES PROVISIONADOS E NÃO PROVISIONADOS (mil)			
	Provisionado	Não Provisionado	
		Ativo Contingente	Passivo Contingente
Petrobrás	257.285	2.110.313	17.232.578
Vale	1.730.000		3.416.000
Eletróbrás	1.009.514		1.328.244
Gerdau	21.617	359.441	148.374
Ambev	416.093		2.633.602
Usiminas	302.371		506.458
Sabesp	1.157.648		1.669.700
Telefônica	699.266		3.383.351
Telenorte	1.963.067		11.740.104
OGX Petro			
Embratel	276.183		3.684.884
Vivo	1.404		2.425.387
Neoenerg	138.236	79.792	1.001.717
Copel	214.162		1.820.062
Cesp	1.096.807		2.567.308
Tim	253.370		1.443.470
Camarg. Cor	310.905		
Sid. Nacion	2.591.930		5.900.000
Brasil Tel	873.855	18.367	3.278.822
JBS	48.244		
Embraer	102.351		
Cemig	74.752		819.577
Pão Açúcar	1.168.299		2.050.509
CPFL Energ	107.657		1.247.686
Ultrapar	136.051	32.801	234.973
Fibria	71.704		686.404
BRF Foods	104.377	X	737.002
CTEEP	170.399		49.366
Copasa	30.351		469.990
Susano	262.767		104.902
Braskem	18.382		673.713
Energ. BR	64.396		255.372
Brasília	10.622		
Cosan	196.997	636.916	423.705
Eletropaulo	1.452.813		4.129.339
Tractebel	81.652		398.330

Light	1.000.697		752.700
Marfrig	44.990		80.756
NET	236.168		251.376
Mendes Jr.	206.066		66.569
All Amer Lat	297.964		1.532.778
Klabin	64.193		1.198.801
Weg	19.909		
Ger. Paranap	11.528		203.032
Cyrela Realty	801		46.414
Magnesita	86.760		
MPX Energia			500
Sanepar	108.524		
Multiplan	3.155		23.095
Fosfertil	69.310		12.860
Hypermarcas	11.941		19.768
GVT	19.665		441.600
Br Malls	23.193		21.742
Duratex	79.376	11.600	29.740
Souza Cruz	129.700		194.500
Celesc	252.244		
Coelba	63.485	45.709	314.967
Gafisa	9.124		108.763
Springs	97		
CCR Rodovias			192.488
Whirlpool	88.644		498.391
MRS logist	68.717		481.618
MRV	3.881		3.225
Ampla Energia	405.691		2.021.427
São Martinho	9.080		113.271
Brookfield	65.824		5.638
PDG Realty	4.766		
Terna			46.265
Coteminas	3		
Aes Elpa	911.162		
Tam	1.032.728	941.000	1.694.468
Guararapes	26.592		19.450
Gol	72.323		
Celpe	15.468	16.753	1.386.706
Grendene	1.200		
Confab	71.268	80.939	166.610
Rossi Resid	6.653		5.496
M. Dias Branco	24.327		205.907
Comgas	37.307		

Tabela 11: Valores Provisionados e Não Provisionados.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Demonstrações Contábeis das empresas.

APÊNDICE C

Tabela 12: Relação das Contingências pelo Patrimônio Líquido

RELAÇÃO TOTAL CONTINGÊNCIAS / PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Patrimônio Líquido	Passivo Contingente	Passivo Cont/PL	Ativo Contingente	Ativo Cont/PL
Petrobrás	144.051.139	17.232.578	11,96%	2.110.313	1,46%
Vale	96.274.640	3.416.000	3,55%		
Eletrobrás	85.618.361	1.328.244	1,55%		
Gerdau	17.959.606	148.374	0,83%	359.441	2,00%
Ambev	17.278.138	2.633.602	15,24%		
Usiminas	15.110.708	506.458	3,35%		
Sabesp	10.492.429	1.669.700	15,91%		
Telefônica	10.046.700	3.383.351	33,68%		
Telenorte	9.794.554	11.740.104	119,86%		
OGX Petro	9.165.729				
Embratel	8.348.214	3.684.884	44,14%		
Vivo	8.267.527	2.425.387	29,34%		
Neoenergia	8.075.740	1.001.717	12,40%	79.792	0,99%
Copel	8.053.087	1.820.062	22,60%		
Cesp	7.904.531	2.567.308	32,48%		
Tim	7.790.456	1.443.470	18,53%		
Camargo	7.072.520				
Sid.	6.748.462	5.900.000	87,43%		
Brasil Tel	6.240.952	3.278.822	52,54%	18.367	0,29%
JBS	6.134.411				
Embraer	6.043.244				
Cemig	5.957.150	819.577	13,76%		
Pão Açúcar	5.407.716	2.050.509	37,92%		
CPFL	5.018.619	1.247.686	24,86%		
Ultrapar	4.663.602	234.973	5,04%	32.801	0,70%
Fibra	4.150.405	686.404	16,54%		
BRF Foods	4.137.626	737.002	17,81%	x	
CTEEP	4.103.296	49.366	1,20%		
Copasa	3.803.301	469.990	12,36%		
Susano	3.774.963	104.902	2,78%		
Braskem	3.691.881	673.713	18,25%		
Energ. BR	3.583.913	255.372	7,13%		
Brasília	3.464.059				
Cosan	3.365.747	423.705	12,59%	636.916	18,92%
Eletropaulo	3.298.824	4.129.339	125,18%		
Tractebel	3.170.788	398.330	12,56%		
Light	2.803.704	752.700	26,85%		
Marfrig	2.729.851	80.756	2,96%		
NET	2.643.397	251.376	9,51%		
Mendes Jr.	2.594.694	66.569	2,57%		

All Amer.	2.497.945	1.532.778	61,36%		
Klabin	2.247.015	1.198.801	53,35%		
Weg	2.178.580				
Ger.	2.141.931	203.032	9,48%		
Cyrela	2.120.949	46.414	2,19%		
Magnesita	2.114.111				
MPX	2.095.848	500	0,02%		
Sanepar	1.936.744				
Multiplan	1.931.293	23.095	1,20%		
Fosfertil	1.929.696	12.860	0,67%		
Hypermarc	1.916.528	19.768	1,03%		
GVT	1.792.049	441.600	24,64%		
BR Malls	1.745.895	21.742	1,25%		
Duratex	1.731.575	29.740	1,72%	11.600	0,67%
Souza Cruz	1.723.200	194.500	11,29%		
Celesc	1.638.252				
Coelba	1.631.205	314.967	19,31%	45.709	2,80%
Gafisa	1.612.419	108.763	6,75%		
Springs	1.593.213				
CCR	1.578.527	192.488	12,19%		
Whirlpool	1.572.388	498.391	31,70%		
MRS logist	1.551.827	481.618	31,04%		
MRV	1.551.761	3.225	0,21%		
Ampla	1.545.902	2.021.427	130,76%		
São	1.543.667	113.271	7,34%		
Brookfield	1.514.780	5.638	0,37%		
PDG Realty	1.476.437				
Terna	1.476.109	46.265	3,13%		
Coteminas	1.460.072				
Aes Elpa	1.421.540				
Tam	1.418.331	1.694.468	119,47%	941.000	66,35%
Guararapes	1.373.612	19.450	1,42%		
Gol	1.334.393				
Celpe	1.308.262	1.386.706	106,00%	16.753	1,28%
Grendene	1.260.141				
Confab	1.242.923	166.610	13,40%	80.939	6,51%
Rossi Resid	1.238.372	5.496	0,44%		
M. Dias	1.207.358	205.907	17,05%		
Comgas	1.137.081				

Tabela 12: Relação do Total de Contingências pelo Patrimônio Líquido.
Fonte: Elaborado pela autora com base nas Demonstrações Contábeis das empresas.

Coteminas																	
Aes Elpa																	
Tam	2	696.000					1	245.000									941.000
Guararapes																	
Gol																	
Celpe	1	16.753															16.753
Grendene																	
Confab	1																80.939
Rossi Resid																	
M. Dias. Bra																	
Comgas																	

Tabela 14: Relação dos Tipos de Ativos Contingentes.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Demonstrações Contábeis das empresas

ANEXOS

RELAÇÃO DAS CEM MAIORES EMPRESAS, CONFORME SEUS PATRIMÔNIOS LÍQUIDOS EM 31/DEZ/2008, DIVULGADAS NO PORTAL DA REVISTA EXAME

CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ mil)
1	Petrobrás	144.051.139
2	Vale	96.274.640
3	Eletróbrás	85.618.361
4	Itau Unibanco	58.840.929
5	Santander Br	48.793.885
6	Bradesco	34.256.544
7	Banco do Brasil	29.937.250
8	Itausa	22.340.470
9	BMF Bovespa	19.291.724
10	Gerdau	17.959.606
11	Ambev	17.278.138
12	Usiminas	15.110.708
13	Sabesp	10.492.429
14	Telefônica	10.046.700
15	Telenorte	9.794.554
16	OGX Petróleo	9.165.729
17	Embratel	8.348.214
18	Vivo	8.267.527
19	Neoenergia	8.075.740
20	Copel	8.053.087
21	Cesp	7.904.531
22	Tim	7.790.456
23	Camargo Corrêa	7.072.520
24	Siderurgia Nacional	6.748.462
25	Brasil Telecom	6.240.952
26	JBS	6.134.411
27	Embraer	6.043.244
28	Cemig	5.957.150
29	Pão de Açúcar	5.407.716
30	CPFL Energia	5.018.619
31	Bradespar	4.935.772
32	Ultrapar	4.663.602
33	Fibra	4.150.405
34	BRF Foods	4.137.626

35	CTEEP	4.103.296
36	Copasa	3.803.301
37	Suzano Papel	3.774.963
38	Braskem	3.691.881
39	Energias Br.	3.583.913
40	Brasília	3.464.059
41	Cosan	3.365.747
42	Eletropaulo	3.298.824
43	Nossa Caixa	3.180.682
44	Tractebel	3.170.788
45	Banrisul	3.079.139
46	Light	2.803.704
47	Marfrig	2.729.851
48	NET	2.643.397
49	Mendes Júnior	2.594.694
50	All América Lat.	2.497.945
51	Sul América	2.285.638
52	Klabin	2.247.015
53	Weg	2.178.580
54	Ger. Paranapanema	2.141.931
56	Cyrela Realty	2.120.949
57	Magnesita	2.114.111
58	MPX Energia	2.095.848
59	Porto seguro	1.964.108
60	Sanepar	1.936.744
61	Multiplan	1.931.293
62	Fosfertil	1.929.696
63	Hypermarcas	1.916.528
64	Banco Amazônia	1.885.557
65	Banco Nordeste	1.797.519
66	GVT	1.792.049
67	BR Malls	1.745.895
68	Duratex	1.731.575
69	Souza Cruz	1.723.200
70	Bic Banco	1.689.267
71	Caixa Seguros	1.675.393
72	Celesc	1.638.252
73	Coelba	1.631.205
74	Gafisa	1.612.419
75	Banco Daycoval	1.607.228
77	Springs	1.593.213
78	CCR Rodovias	1.578.527

79	Whirlpool	1.572.388
80	MRS Logística	1.551.827
81	MRV	1.551.761
82	Ampla Energia	1.545.902
83	São Martinho	1.543.667
84	Brookfield	1.514.780
85	PDG Realt	1.476.437
86	Terna Participações	1.476.109
87	Coteminas	1.460.072
88	B. Panamericano	1.451.001
89	AES Elpa	1.421.540
90	TAM	1.418.331
91	Guararapes	1.373.612
92	GP Investimentos	1.341.063
93	GOL	1.334.393
94	Celpe	1.308.262
95	Grendene	1.260.141
96	Confab	1.242.923
97	Rossi Residencial	1.238.372
98	M. Dias Branco	1.207.358
99	Banco ABC Brasil	1.161.740
100	Comgas	1.137.081